Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES

As implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer e seus desdobramentos nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho.

Brasília – DF

2024

Trabalho de Conclusão de Curso de Murilo José de Souza Pires, cujo título é “As implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer e seus desdobramentos nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho”, apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Filosofia pela Universidade de Brasília defendida perante a banca examinadora abaixo assinada:

Professor Doutor Gilberto Tedeia

Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília - UnB, orientador

Professor Doutor Marcelo José Moreira

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás – UEG/Campus Anápolis – GO, examinador

Professor Doutor Lucas Moura Vieira

Professor no Mestrado em Governança e Desenvolvimento – Escola Nacional de Administração Pública/ENAP, examinador

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

Murilo José de Souza Pires

As implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer e seus desdobramentos nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho.

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Filosofia.

Orientador: Professor Dr. Gilberto Tedeia

Brasília – DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

José de Souza Pires, Murilo.
Ji As implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer e seus desdobramentos nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho. / Murilo José de Souza Pires; orientador Gilberto Tedeia . -- Brasília, 2024.
71 p.

Monografia (Graduação - Bacharelado em Filosofia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Darwinismo Social. 2. liberdades individuais. 3. mercados autorregulados. I. Tedeia , Gilberto, orient. II. Título.

AGREDECIMENTOS

A construção do meu pensamento filosófico foi marcada por caminhos tortuosos, os quais me conduziram por labirintos que não estavam bem estabelecidos em minha trajetória de existente. Sua origem remonta aos anos 2000, quando fui discente em uma disciplina do doutorado no Instituto de Economia da Universidade de Campinas – IE/Unicamp, cuja ideia central era compreender o papel do homem moderno na sociedade.

No entanto, minha compreensão se limitou ao pensamento de alguns filósofos, os quais não compreendia com profundidade, dadas minhas fortes limitações no campo filosófico. Encantei-me com as discussões que foram apresentadas pelo professor da disciplina.

Transcorridos alguns anos, sem nenhum contato com a filosofia, iniciei minhas aprendizagens sobre religião sem me preocupar com as questões filosóficas. No final do ciclo de estudos, deparei-me com algumas lacunas que deveria compreender melhor. Em conversa com um amigo filósofo, recebi a sugestão de principiar meus estudos de filosofia na Universidade de Brasília – UnB.

Realizei o processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e encetei os meus aprendizados filosóficos com o objetivo de aprofundar meus conhecimentos no campo da filosofia da religião. No entanto, existiram várias pedras no caminho, entre elas destaco a pandemia, que mudou a minha trajetória inicial, uma vez que a filosofia da religião, aos poucos, foi se tornando coadjuvante em minhas preferências de estudo.

Outras questões foram colocadas como desafios epistemológicos, entre elas a compreensão das ideias dos pensadores liberais. Sem um conhecimento mais aprofundado de seus princípios e teses, como fazer a crítica? Nesse sentido, várias pessoas me auxiliaram nessa trajetória do conhecimento filosófico. Sem destacar nomes específicos, agradeço pelos debates que tivemos nesses últimos anos.

Não posso esquecer dos familiares que estiveram ao meu lado nesse momento de construção do pensamento filosófico. Em especial, agradeço a paciência que tiveram em meus momentos de reclusão para estudos e redação dos trabalhos acadêmicos.

Agradeço, também, as várias amizades que construí ao longo de minha caminhada, com os docentes e os discentes do curso de Filosofia da Universidade de Brasília – UnB.

Hoje, posso dizer que tenho uma visão da Filosofia muito diferente daquela que tinha nos meus primeiros dias de contato com esse campo do conhecimento.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Gilberto Tedeia, pela paciência em orientar alguém com uma formação marcada pelas Ciências Econômicas, porém com forte amor, carinho, dedicação e respeito pela Filosofia.

RESUMO: Esse estudo tem por objetivo compreender os desdobramentos das implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e nas liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho. Para tanto, a hipótese dessa investigação baseia-se nos argumentos desenvolvidos por Harvey (2014), Dardot; Laval (2016) e Mattei (2023), que afirmam que os princípios das liberdades individuais e dos mercados autorregulados, ao enfatizar o ambiente de concorrência intercapitalista, favorecem o processo de acumulação do capital, beneficiam as classes capitalistas mais aptas e fortes em detrimento a classe trabalhadora, a qual é mais vulnerável e vê suas relações trabalhistas e sindicais fragilizadas e flexibilizadas no cenário da disputa de poder entre as classes sociais. Para tanto, as evidências empíricas encontradas pela investigação destacam que para garantir a reprodução temporal e espacial do Darwinismo Social se fez necessário o aprofundamento da captura do Estado pelos elementos e grupos dos lucros, sobretudo, garantindo seu espaço no orçamento público, bem como a despolitização do estado por meio de princípios tecnocráticos. Quer dizer, o funcionamento do Estado não pode sofrer interferência política, mas sim, deve ser guiado por ideais de mérito e tecnocráticos.

Palavras-chave: Darwinismo Social, liberdades individuais, mercados autorregulados.
JEL: B310

ABSTRACT: This study aims to understand the implications of Herbert Spencer's Social Darwinism on the institutional ideas of self-regulated markets and individual freedoms conditioned by neoliberalism in the labor market. To this end, the hypothesis of this investigation is based on the arguments developed by Harvey (2014), Dardot; Laval (2016) and Mattei (2023), who state that the principles of individual freedoms and self-regulated markets, by emphasizing the environment of intercapitalist competition, favor the process of capital accumulation, benefiting the most capable and strongest capitalist classes to the detriment of the working class, which is more vulnerable and sees its labor and union relations weakened and made more flexible in the scenario of the power struggle between social classes. To this end, the empirical evidence found by the investigation highlights that in order to guarantee the temporal and spatial reproduction of Social Darwinism, it was necessary to deepen the capture of the State by the elements and groups of profits, above all, guaranteeing their space in the public budget, as well as the depoliticization of the State through technocratic principles. In other words, the functioning of the State cannot be subject to political interference, but rather, must be guided by ideals of merit and technocracy.

Keywords: Social Darwinism, individual freedoms, self-regulated markets.
JEL: B310

Sumário

1 APRESENTAÇÃO 9

2 RAÍZES EPISTEMOLÓGICAS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER 13

3 AS ORIGENS TEÓRICAS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER ... 21

4 OS DESDOBRAMENTOS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER NA QUESTÃO SOCIOLÓGICA 39

5 A CRISTALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER NO ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DO NEOLIBERALISMO 47

6 OBSERVAÇÕES FINAIS 62

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 69

1. APRESENTAÇÃO:

O pensamento de Herbert Spencer destacou-se no debate filosófico, como apontado por Crook (1996), com a problemática do Darwinismo Social. A questão central era se suas ideias eram ou não tributárias das abordagens de Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck (1744-1829) ou, então, de Charles Robert Darwin (1809-1882). Nesse contexto, o princípio da evolução dos organismos vivos pode ser compreendido como um mecanismo natural que também se manifesta nas sociedades mais complexas?

Essa questão se torna o cerne das interpretações sobre o pensamento de Herbert Spencer, uma vez que seu princípio da evolução é o meio pelo qual ocorre a objetivação do homogêneo e simples no complexo e heterogêneo. Em outras palavras, quando ocorre a transformação na qual os organismos vivos são submetidos às forças impulsoras que os metamorfoseiam em organismos complexos e heterogêneos. É nesse contexto de processo e progresso que se estabelece o debate sobre a importância que a seleção natural teve ou não para a consolidação do pensamento de Herbert Spencer sobre o Darwinismo Social.

Essa forma de pensamento foi disruptiva, pois deslocou a visão cosmológica alicerçada e influenciada pelo pensamento filosófico vivenciados no período da Idade Média, que tinha a Patrística e a Escolástica como expressões das verdades filosóficas, sobretudo quando expressas nas Sagradas Escrituras, para uma abordagem enraizada nas causas naturais apresentadas nas teses de Isaac Newton. Deste modo, as ideias de Herbert Spencer foram encontrar nos fenômenos biológicos as evidencias teóricas para o desenvolvimento do seu princípio evolutivo.

Isso significa que a visão do Criacionismo foi colocada em suspensão e as ideias relacionadas com as teses desenvolvidas por Isaac Newton tornaram-se fonte para a construção de um pensamento do *homem moderno*, o qual se objetivou no interregno dos Séculos XV a XIX, quer dizer no período da filosofia moderna, a qual iniciou-se com o advento do *Renascimento* e teve o seu desfecho com o nascimento da *filosofia contemporânea*. Sendo assim, Herbert Spencer deve ser compreendido como um filosofo inglês que vivenciou o pensamento filosófico do Século XIX. Isto posto, a ciência, enquanto expressão objetiva de um pensamento racional e metódico, ganhou expressão como meio e instrumento para a interpretação dos fenômenos naturais.

É nesse contexto que as ideias de Herbert Spencer foram se cristalizando, tendo, por conseguinte, suas origens teóricas em pensadores que estavam preocupados com os fenômenos econômicos, demográficos e biológicos como Adam Smith (1723-1790), Thomas Robert Malthus (1766-1834) e Charles Robert Darwin (1809-1882). Assim, as ideias forças da economia política clássica ganharam significado no conjunto das ideias elaboradas por Herbert Spencer, uma vez que os conceitos de divisão social do trabalho e concorrência tornaram-se elementos centrais para a compreensão dos mecanismos evolutivos da sociedade.

Por sua vez, as interpretações de Herbert Spencer conduziram-no pelos caminhos do pensamento liberal para analisar os efeitos causais que se cristalizaram na interseção entre as evidências teóricas e empíricas encontradas nos fenômenos econômicos, demográficos e sociais. Quer dizer, como as evidências teóricas da biologia poderiam explicar o comportamento dos indivíduos em seus ambientes institucionais, associativos e de grupos? É nessa conjuntura que o debate sobre o Darwinismo Social, apontado por Crook (1996), ganha destaque nas ciências sociais com o fito de compreender suas raízes epistemológicas.

Vários pensadores debruçaram nessas análises para compreenderem as raízes do pensamento de Herbert Spencer e seus desdobramentos teóricos e sociológicos. Por sua vez, essas investigações esmiuçaram as repercussões do conceito apresentado por Herbert Spencer para o período do liberalismo econômico que se cristalizou do século XVIII até o final da Segunda Guerra Mundial no Século XX. Por outro lado, dada a complexidade do fenômeno e sua multideterminação, essa investigação lança seus olhares para uma um aspecto singular, mas não único, o qual faz *uma interseção entre as ciências econômicas e a filosofia* e que se objetiva no período do neoliberalismo que se aflorou a partir dos anos 1980.

Nesse contexto, esse estudo tem por objetivo compreender os desdobramentos das implicações do Darwinismo Social de Herbert Spencer nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e nas liberdades individuais condicionadas pelo neoliberalismo no mercado de trabalho. Para tanto, a hipótese dessa investigação baseia-se nos argumentos desenvolvidos por Harvey (2014), Dardot; Laval (2016) e Mattei (2023), que afirmam que os princípios das liberdades individuais e dos mercados autorregulados, ao enfatizar o ambiente de concorrência intercapitalista, favorecem o processo de acumulação do capital, beneficiam as classes capitalistas mais aptas e fortes em

detrimento a classe trabalhadora, a qual é mais vulnerável e vê suas relações trabalhistas e sindicais fragilizadas e flexibilizadas no cenário da disputa de poder entre capital e trabalho.

Em suma, segundo as interpretações de Harvey (2014), Dardot; Laval (2016) e Mattei (2023), os princípios do neoliberalismo tornam-se hostis a qualquer abordagem que não expresse os ideais da liberdade individual e dos mercados autorregulados. Quer dizer, em um ambiente marcado pela austeridade fiscal, monetária e industrial, as mudanças nas formas de solidariedade social entre os trabalhadores, que criam obstáculos para o processo de acumulação de capital, devem ser flexibilizadas e vulnerabilizadas a fim de se acentuar o processo de acumulação do capital. Isso desestrutura e impõe restrições à classe trabalhadora, favorecendo, por conseguinte, o capital.

Posto isto, essa pesquisa se justifica porque as ideias desenvolvidas por Herbert Spencer, em especial aquelas relacionadas ao Darwinismo Social, ganharam destaque no debate internacional a partir dos anos de 1980 e tornaram-se instrumentos de políticas públicas no contexto do *Consenso de Washigton* desde os anos de 1990 do Século XX, pois estimularam a implementação dos princípios das liberdades individuais e dos mercados auto regulados como meios para a promoção do desenvolvimento econômico das nações centrais e periféricas.

Sendo assim, impactos foram sentidos, em especial na atuação do Estado, enquanto instrumento de um estado de bem-estar social. Nesse cenário de liberdades individuais e mercados autorregulados que o processo de desconstrução dos direitos e conquistas da classe trabalhadora, vivenciados no período áureo do capitalismo entre 1930 e 1980, foi ganhando relevância no sentido de institucionalização dos princípios da austeridade e dos mercados autorregulados.

Desta maneira, as políticas públicas foram capturadas por uma lógica econômica que estabelece a primazia dos mercados autorregulados para a construção de sociedades enraizada nas ideias da Social-Democracia Liberal como apontado por Francis Fukuyama em seu livro: *O Fim da História e o Último Homem* (1992)[1].

Destarte, um conjunto de reformas foram estabelecidas com o objetivo de ampliar as liberdades individuais e reduzir as intervenções do Estado na economia e na sociedade. Compreender esse processo a luz do pensamento de Herbert Spencer torna-se imperativo

[1] Para maiores detalhes veja Fukuyama (1992).

para o desvelamento dos impactos que esse tipo de estratégia econômica estabeleceu nas sociedades e para a classe trabalhadora.

Para a compreensão desta problemática se fez uma revisão bibliográficas destacando os principais pensadores filosóficos que discutiram essa questão. Para tanto, foram consultadas várias fontes acadêmicas, em especial, artigos científicos, livros especializados, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Para isso foram adotadas as pesquisas analítica e descritiva, uma vez que o fenômeno analisado, por ter uma característica de ser multideterminado, dada sua complexidade, demandou que fosse decomposto em suas várias partes para serem analisadas. No entanto, em sua reconstrução, enquanto um concreto pensado, suas partes foram recompostas, porém amalgamadas por evidências teóricas que permitiram a explicação filosófica do desvelamento do fenômeno abordado no estudo.

Deste modo, este trabalho encontra-se dividido em seis seções. A primeira faz discussão sobre a problematização do pensamento da Herbert Spencer à luz da questão do Darwinismo Social, como também apresenta o delineamento da metodologia utilizada na investigação. A segunda seção prioriza a reflexão acerca das raízes epistemológicas do pensamento de Herbert Spencer.

Em seguida, a terceira apresenta as origens teóricas do pensamento de Herbert Spencer. No caso da quarta seção busca-se compreender os desdobramentos do pensamento de Herbert Spencer na questão sociológica. Na quinta seção discute-se a cristalização do pensamento de Herbert Spencer no arcabouço institucional do neoliberalismo. Por fim, evidencia-se as observações finais da investigação.

2. AS RAÍZES EPISTEMOLÓGICAS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER.

O cenário no qual emergem as ideias de Herbert Spencer se cristalizou no alvorecer do Século XIX quando as interpretações sobre os fenômenos naturais eram deslocadas das concepções dominantes do período da Patrística e Escolástica, que tinha na ideia de Deus como causa primeira para a explicação fenomênica, para a época da modernidade, a qual tinha na ciência e no método científico os elementos centrais para se compreender os padrões desnudados dos fenômenos naturais.

É nesse contexto que o livro *Primeiros Princípios* de Herbert Spencer (1862) foi publicado com o objetivo de apresentar "(...) uma parte da essência da modernidade, tanto no seu âmbito político quanto filosófico" (Christino, 2015, p. 14). Deste modo, as ideias de Spencer foram edificadas num momento histórico em que a ciência estava se consolidando como meio para se acessar o conhecimento sobre os fenômenos naturais.

Assim sendo, o método para desvendar os padrões estabelecidos pelos fenômenos econômicos, sociais e filosóficos delineados em Spencer (2015, p. 26).

> Consiste o método na comparação de todas as opiniões do mesmo gênero, ou seja, sobre o mesmo assunto; separar, como se se anulassem mutuamente, no todo ou em parte, os elementos especiais e concretos que constituem o que está em desacordo nessas opiniões; observar o que resta, após essa eliminação de elementos discordantes, e achar para esse resíduo uma expressão abstrata que continue verdadeira em todas as suas modificações divergentes.

Deste modo, o método de Spencer se alicerçou na observação e separação do todo ou das partes do fenômeno natural para, em seguida, efetuar comparações entre si com o objetivo de depurar os elementos comuns daqueles que são dessemelhantes. Entre os elementos comuns, o passo seguinte é encontrar padrões universais que expliquem o comportamento do fenômeno em seu contexto epistemológico. Por outro lado, é importante ressaltar que esses padrões universais são construídos pela aglutinação de *elementos comuns em estruturas estabelecidas* que formam o corpo do organismo investigado.

Para tanto, Baiardi (2008, p. 49) destaca que o termo estruturas, do modelo de Spencer, pode ser compreendido como

> (...) o sistema de relações entre as partes de um conjunto, ou órgãos, e que associado a outras estruturas específicas compõem um organismo, ou ainda, a organização, disposição e ordem dos elementos essenciais que compõem um corpo. Genericamente, estrutura é um sistema de relações que forma um todo coerente (sistema), e que subjaz à variabilidade dos fenômenos empíricos.

Portanto, a estrutura do modelo de Spencer é a expressão da sistematização de vários elementos comuns que foram ordenados em conformidade com as suas funções específicas no contexto do sistema, estabelecendo, logo, relações e associações entre as partes e o todo que expressam, em seu conjunto sistêmico, os subsídios essenciais que desvelam a estrutura das frações do fenômeno natural.

Por outro ângulo, segundo Spencer, os fenômenos são expressões de representações da realidade e não a realidade em si. Ou seja, a realidade não pode ser capturada de forma objetiva e imediata na natureza. Isso implica que sua compreensão se cristaliza de maneira subjetiva, exigindo mediação entre o sujeito e o objeto, à qual é realizada por intermédio da consciência.

Dessa forma, a razão ativa seus mecanismos cognitivos com o objetivo de reconstruir as partes que chegam à consciência, sistematizando os elementos comuns em sua forma de representação e decodificando-os como fonte epistemológica. No entanto, aquilo que se identifica como representação do objeto é uma quimera, pois se apresenta à consciência em sua aparência fenomênica e não em sua forma de essência. Para Spencer (2015, p. 133), “Á palavra fenômeno e a sua equivalente aparência deve ser atribuída principalmente a causa original dessa ilusão”.

Em outra passagem, Spencer (2015, p. 69) fez a seguinte assertiva “Tudo o que se conseguiu foi chegar à negação que acabamos de formular: a realidade, oculta sob todas as aparências, nos é desconhecida, e sempre o será. Quase todos os grandes pensadores aderiram a esta conclusão”. Deste modo, o pensamento é expressão de relações que não conseguem estabelecer verdades absolutas, mas sim relativas. Melhor dizendo, relaciona fatos específicos que são decodificados ou recodificados por meio da mediação da consciência e não diretamente entre o sujeito e o objeto. Para Spencer (2015, p. 136)

> Pensamos por meio de relações; a relação é na verdade a forma de todo pensamento, e se este se reveste alguma vez de outras formas, devem derivar-se daquela. Vimos que os diversos últimos modos de existência não podem ser conhecidos nem concebidos em si mesmos, isto é, fora de sua relação com nossa consciência. Vimos, analisando o produto do pensamento, que este sempre se compõe de relações, e que nada pode compreender do que vai além das relações mais gerais.

Desta maneira, para capturar as representações da realidade como fonte epistemológica, é necessário construir conceitos que não expressam sua forma ontológica, mas sim que estejam aderentes às suas bases empíricas. Nesse sentido, Spencer conduziu seu argumento pelos caminhos que apontam que suas evidências teóricas estavam ancoradas em evidências empíricas, isto é, que sua teoria se alicerça em uma base material e não ontológica.

Esse ponto é de suma importância para a compreensão do sistema filosófico de Spencer, pois apresentou uma ruptura com o pensamento filosófico que estava preso aos grilhões da cosmologia Platônica-Ptolomaica e que serviu de farol para o desenvolvimento das ideias do período da Patrística e da Escolástica, quer dizer, as *escrituras sagradas* eram a fonte das verdades absolutas e do conhecimento cristão.

Ao analisar a antropologia filosófica do homem cristão medieval, Vaz (2004, p. 49) destacou que "A concepção cristão-medieval do homem procede, assim, de duas fontes: a tradição bíblica, vetero e neotestamentária, e a tradição filosófica grega". Quer dizer, um pensamento que se fundamenta na tensão entre fé e razão do mundo cristão e grego.

É nessa inquietação entre fé e razão, ou melhor entre religião e ciência que Spencer (2015, p. 33) faz a seguinte assertiva.

> A verdade deve estar presente, então, nos dois lados dessa grande controvérsia. Uma consideração despida de preconceitos sobre seus aspectos gerais nos leva a concluir que a Religião, sempre presente como uma trama se compondo na tessitura da história, expressa um fato eterno; enquanto consiste quase em um truísmo dizer que a Ciência é uma massa organizada de fatos, sempre crescendo e purificando-se de seus erros.

Deste modo, Herbert Spencer desenvolveu seu pensamento filosófico em momento histórico que o paradigma científico não estava mais aderente à visão do homem cristão medieval, mas sim do homem moderno. Como destacou Vaz (2004, p. 65), "(...) o chamado homem moderno já ocupa o centro da cena da história e passa a ser a matriz das concepções contemporâneas do homem que se formularão nos séculos XIX e XX".

Esse homem moderno desloca a religião como fonte de explicação dos fenômenos naturais e entroniza a ciência como fonte de conhecimento. Isso significa que o conhecimento é modelado pelo método científico, o qual foi desenvolvido por Descartes em sua obra "O Discurso do Método" (1637). Deste modo, a explicação das causas dos fenômenos naturais, que antes eram explicadas por manifestações da providência divina, deslocaram-se para as leis da natureza. Ou seja, o universo é regido por leis naturais, as quais devem ser compreendidas pela racionalidade humana com o objetivo de interpretar os seus efeitos na natureza e, por conseguinte, na matéria.

Para Spencer (2015, p. 216) "(...) tais princípios verdadeiramente filosóficos; devem formar parte da Filosofia, uma vez que unem fenômenos concretos, pertencentes a todas as seções da natureza, e, portanto, são elementos constituintes do conhecimento completo e unificado das coisas, que a Filosofia tem por finalidade formar". Dessa forma, Herbert Spencer se guiou pelos caminhos da ciência, enquanto fonte epistemológica, e descobriu na biologia os métodos necessários para compreender o comportamento dos organismos vivos na sociedade.

Como destacou Christino (2015, p. 13) "Assim como Kant quis fundamentar filosoficamente a revolução cientifica de Newton, Spencer se apropria de Darwin para reinstituir a filosofia em bases pragmáticas e utilitárias, embora em nenhum momento tome como inquestionáveis os princípios do evolucionismo". Este ponto é relevante porque destaca uma controvérsia epistemológica sobre as raízes biológicas do pensamento filosófico de Herbert Spencer. Por outro lado, a compreensão dos efeitos dos fenômenos por causas naturais projetou Darwin na biologia, assim como Newton na física.

Para Ronan (1991b, p. 15), Darwin "(...) fez pela biologia o que Newton tinha feito pela física – aplicou uma lei natural para correlacionar grande quantidade de evidências diversas. Cada espécie não precisava mais de um ato especial de criação divina; sua forma particular devia-se a causas naturais".

Desse modo, é nesse cenário delineado pela filosofia moderna que a ciência foi entronizada como meio para explicar os fenômenos naturais, rompendo, em consequência, com as ideias metafisicas derivadas do período da Patrística e da Escolástica. Nesse contexto, guiado pela filosofia moderna, avançaram as ideias de Herbert Spencer, cujos princípios fundamentais estão alicerçados na indestrutibilidade da matéria, na continuidade do movimento e na persistência da força, elementos centrais para a compreensão das causas dos fenômenos naturais.

Como apontou Christino (2015, p. 14) “Assim com o axioma experimental na filosofia de Newton, a investigação se dá a partir do modo como os fenômenos se apresentam ao pesquisador, em sua variedade, no presente”. Isto significa que Herbert Spencer não buscou seu método nem na história e muito menos na linguagem para fundamentar empiricamente suas evidências teóricas. Seguindo Charles Darwin, Herbert Spencer fundamentou o seu sistema filosófico em uma abordagem empírica da natureza por meio do conhecimento encontrado na biologia.

Nesse ponto de vista, Spencer derivou sua abordagem filosófica da visão newtoniana que tinha a matéria como princípio da investigação cientifica. Como destacou Ronan (1991a., p. 99), “(...) Newton reescrevera toda a ciência dos corpos em movimento com uma incrível precisão matemática”. Por fim, a matéria e suas metamorfoses conduziram Spencer pelos caminhos do conhecimento filosófico que tinha na biologia de Charles Darwin o seu método científico.

É por intermédio desse conjunto de regras e procedimentos que Herbert Spencer se movimentou pelos labirintos do conhecimento científico no sentido de compreender como se objetivavam as transformações da matéria, como meio para alcançar o desenvolvimento de seu sistema filosófico.

Sendo assim, Baiardi (2008, p. 31) faz a seguinte assertiva:

> O sistema spenceriano se funda essencialmente em uma visão realista, a qual considera que a evolução se dá objetivamente, independente da presença de sujeitos ou observadores, e que atribui valores de verdade para suas leis gerais, como na transformação do homogêneo em heterogêneo.

Portanto, as bases do pensamento de Herbert Spencer estão estabelecidas em abordagem filosófica que tem na matéria o princípio fundamental para acessar o conhecimento sobre os fenômenos da natureza. Esse ponto é importante ressaltar, porque, embora compreenda o papel da Religião como meio de acesso ao saber sobre a Causa Primeira[2], Herbert Spencer destaca por ser ininteligível, visto que mantém aura de mistério por ser entendimento ontológico, ou seja, sem comprovação e validação dos nexos causais dos fenômenos em bases empíricas. Quer dizer, suas teses não podem ser testadas empiricamente, pois são ontológicas.

---

[2] Para Spencer (2015, p. 100) “Tentamos continuamente conhecer este último, e somos continuamente repelidos; essas repulsas criaram a convicção íntima da impossibilidade de conhecê-lo e nos fazem compreender com clareza que o maior grau de sabedoria e nosso mais imperioso dever consistem em considerar a Causa Primeira de todas as coisas como incognoscível”.

Sendo assim, a ideia de evolução introduz visão de progresso para o sistema filosófico de Herbert Spencer, pois as transformações na matéria estabelecem passagem entre os elementos que se aglutinam como expressão de uma forma homogênea e simples para outra forma heterogênea e complexa. Deste modo, há determinismo nessa abordagem, pois programa para o complexo, o meio para se edificar o equilíbrio do sistema spenceriano.

Por tudo isso, pode-se apontar que os elementos que fundamentam o argumento filosófico de Herbert Spencer estão enraizados nos princípios da evolução. Destarte, Spencer (2015, p. 402) compreende a evolução como sendo "(...) processos comum a todas as ordens de seres em geral e em detalhe. Seguimos a integração da matéria e a dissipação concomitante do movimento ou de sua força geradora, não apenas em cada ser considerado como um todo, como também em suas partes componentes".

Para Hofstadter (1955, p. 37)[3]

> A evolução é a integração progressiva da matéria, acompanhada pela dissipação do movimento; dissolução é a desorganização da matéria acompanhada pela absorção do movimento. O processo vital é essencialmente evolutivo, incorporando uma mudança contínua da homogeneidade incoerente, ilustrada pelos protozoários inferiores, para a heterogeneidade coerente, manifestada no homem e nos animais superiores.

É nesse sentido que Herbert Spencer destacou que a evolução é o meio pelo qual o sistema passa de uma situação marcada pela homogeneidade para uma situação heterogênea. Durante esse processo, a matéria recebe uma força e se metamorfoseia em sua complexidade. Para Spencer (2015, p. 302), "(...) a evolução é uma integração de matéria acompanhada de uma dissipação de movimento, durante as quais tanto a matéria quanto o movimento ainda não dissipado passam de uma homogeneidade indefinida e incoerente a uma heterogeneidade definida e coerente".

Essa passagem do homogêneo para o heterogêneo condiciona o sistema de Herbert Spencer para um determinismo, uma vez que a estabilidade sistêmica é encontrada somente em sua forma heterogênea e complexa. Isso ficou claro quando Spencer (2015, p. 307) afirmou que "A ordem lógica nos diz, antes de tudo, que a homogeneidade é uma condição do equilíbrio instável, e, portanto, tende a desaparecer".

---

[3] Como apontou Hofstadter (1955, p. 37) "Evolution is the progressive integration of matter, accompanied by dissipation of motion: dissolution is the disorganization of matter accompanied by the absorption of motion. The life process is essentially evolutionary, embodying a continuous change from incoherent homogeneity, illustrated by the lowly protozoa, to coherent heterogeneity, manifested in man and the higher animals".

Assim, o sentido do sistema filosófico spenceriano é expandir-se cada vez mais para situações mais complexas e heterogêneas, de tal forma que a evolução seja o meio para alcançar o equilíbrio do seu sistema filosófico. Para Spencer (2015, p. 362), o sistema entra em equilíbrio quando

> A coexistência universal de forças antagônicas que exigem a universalidade do ritmo e a decomposição de toda a força em forças divergentes tendem juntas para um equilíbrio completo e definitivo. Estando todo movimento submetido à resistência, sofre continuamente subtrações que terminam na cessação do movimento.

À vista disso, a lei biológica que rege o sistema filosófico spenceriano estabelece que o processo de evolução movimenta forças que vão criando as metamorfoses da matéria para conduzi-la às estruturas complexas, heterogêneas e diversificadas. Essa movimentação de forças afeta os elementos comuns que se edificam em estruturas estabelecidas, separando aqueles elementos comuns dos seus dessemelhantes. No entanto, sua aplicação a um sistema social converte-se no *princípio da evolução social*.

Para Spencer (2015, p. 356), o princípio da evolução social deve ser compreendido do seguinte modo:

> No princípio da evolução social, os indivíduos semelhantes se reuniram em um grupo, e os dessemelhantes se separam, sob a ação de forças incidentes, de modo análogo àquele pelo qual se agruparam e se separaram os seres inferiores. As raças humanas tendem a integrar-se ou separar-se como os outros seres vivos.

Dessa maneira, o método de Herbert Spencer estabelece que os elementos que edificam o seu sistema social devem ser separados e organizados na forma que apresentem características comuns. Por outro lado, aqueles elementos dessemelhantes constituem outros agrupamentos de elementos. É por meio destas transformações que o sistema social de Herbert Spencer vai criando e instituindo novos grupos de elementos comuns entre si e tornando a estrutura heterogênea e complexa. Essa diferenciação na estrutura social acaba estimulando a concorrência entre os grupos existentes pela existência.

Em suma, o sistema filosófico de Herbert Spencer, ao estimular a passagem do homogêneo para o heterogêneo, acaba estabelecendo agrupamento de organismo que vai se diferenciando cada vez mais no caminho do progresso evolutivo. Essa desagregação estabelece grupos distintos de organismos vivos que vão constituir a complexidade da sociedade.

Para Spencer (2015, p. 357), os

> Movimentos humanos, como todos os demais, são determinados pela distribuição das forças que os produzem, e, portanto, é preciso que as segregações de raças, que não são resultados de forças exteriores, sejam produzidas pelas forças interiores ou que os indivíduos dessa raça exercem uns sobre os outros.

Para compreender como se objetiva a concorrência entre esses grupos antagônicos que se cristalizaram no percurso evolutivo do pensamento de Herbert Spencer se faz necessário tecer considerações mais apuradas sobre as origens teóricas do seu pensamento. No entanto, é importante ressaltar que a formação do pensamento filosófico de Herbert Spencer foi fruto do momento histórico e do espaço regional, no qual ele vivia.

Para Durant (2000, p. 182) "Devemos nos lembrar que Spencer foi apanhado entre duas eras; que o seu pensamento político tinha sido formado na época do laissez-faire, e sob a influência de Adam Smith". Além disso, Baiardi (2008, p. 31) destacou que "O estudo e o uso destes conceitos são transmitidos a Spencer principalmente através das pesquisas no campo do desenvolvimento embrionário como também por via dos teóricos da economia clássica".

Sendo assim, a próxima seção aprofunda, com riqueza de detalhes, as ideias que jogaram luz sobre a edificação do pensamento de Herbert Spencer em seu aspecto epistemológico. É importante ressaltar que seus laços teóricos estavam interligados aos debates estabelecidos em momento histórico de origem e de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual teve o seu início com a Revolução Industrial Inglesa no século XVIII.

3. AS ORIGENS TEÓRICAS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER

Os conhecimentos promovidos por Herbert Spencer representam o conjunto de pensamentos de uma época, os quais tinham na economia política, biologia e demografia as fontes principais para o desenvolvimento de sua ideia força objetivada no princípio de evolução. Sendo assim, o contexto que marcou a arquitetura do seu pensamento estava se cristalizando na Inglaterra no período da Revolução Industrial.

Nesse sentido, o debate econômico ganhava expressão, sobretudo para compreender a importância que a economia política tinha na estruturação do capitalismo inglês. Como destacou Biardi (2008, p. 45) "Spencer nutria grande admiração por Adam Smith (1723-1790), o autor de A *Riqueza das Nações* (1776), e a sua maior contribuição para o sistema spenceriano foi certamente o desenvolvimento do princípio da divisão do trabalho".

Nesse contexto, a divisão social do trabalho desempenhou papel singular na construção do processo de transformação das estruturas antes marcadas pela homogeneidade, tornando-as complexas e heterogêneas. Assim, Spencer (2021, p. 2)[4] fez a seguinte assertiva.

> Basta olhar para as mudanças que ocorrem ao redor, ou observar a organização social em suas principais características, para ver que estas não são sobrenaturais, nem são determinadas pelas vontades de homens individuais, como por implicação ensinam os historiadores mais antigos; mas são consequentes de causas naturais gerais. O único caso da divisão do trabalho é suficiente para provar isso. Não foi por ordem de nenhum governante que alguns homens se tornaram fabricantes, enquanto outros permaneceram cultivadores do solo.

Nesse sentido, partindo-se do *princípio da instabilidade do homogêneo*, Herbert Spencer adotou o argumento da divisão social do trabalho de Adam Smith para interpretar como as estruturas sociais homogêneas e simples, aos serem impulsionadas por forças naturais, transformaram-se em estruturas sociais complexas e heterogêneas. Por sua vez, a força que fomentou a divisão social do trabalho foi o *princípio da troca.* Segundo Smith (1996, p. 73)

[4] Para Spencer (2021, p. 2) "You need but to look at the changes going on around, or observe social organization in its leading traits, to see that these are neither supernatural, nor are determined by the wills of individual men, as by implication the older historians teach; but are consequent on general natural causes. The one case of the division of labour suffices to prove this. It has not been by command of any ruler that some men have become manufacturers, while others have remained cultivators of the soil."

> Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.

Desse modo, as trocas somente poderiam incrementar a divisão social do trabalho se os mercados se expandissem e se diversificassem por toda a economia, quer dizer, quanto maior fosse a expansão e diversificação dos mercados, maiores seriam as trocas entre os agentes econômicos e maior seria o estímulo para a ampliação da divisão social do trabalho. Dessa forma, o papel dos mercados autorregulados [5] na expansão do capitalismo é central, visto que o processo de acumulação de capital se sustenta quando esse se torna mais heterogêneo e complexo, segundo a exegese de Herbert Spencer.

Desse modo, Adam Smith destacou em seu livro *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776) que a riqueza da nação decorre do incremento cada vez maior de seu produto *per capita.* Isso significa que a expansão da produção de mercadorias, ao se projetar pelos poros da economia, cria condições objetivas para melhorar a situação de vida das pessoas. Para que esse aumento de riqueza seja sancionado, é importante que as mercadorias geradas pelo sistema econômico da nação circulem pelos vários mercados em busca da sua realização enquanto mercadorias.

Para que isso se materialize, cada mercado deve apresentar produtores e consumidores que se lancem nessa aventura econômica, motivados pelo princípio do egoísmo. Sem os impulsos dos compradores e dos vendedores, os mercados não se tornariam o ponto de encontro desses agentes econômicos e, consequentemente, não existiriam as trocas mercantis. Nesse sentido, o egoísmo é o meio que canaliza e estimula os impulsos mercantis encontrados nos agentes econômicos[6]. Como destacou Napoleoni (1978, p. 46)

---

[5] Em um momento histórico posterior, Jean-Baptiste Say irá apresentar a *Lei dos Mercados* (1803) que dará o suporte teórico para a ideia dos mercados autorregulados.

[6] Nesse mesmo sentido Fritsch (1996, p. 15) destaca o seguinte ponto. “Por outro lado, já na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith afasta-se decisivamente da componente altruísta do jusnaturalismo de Hutcheson no que concerne à análise da ética das relações econômicas, propondo em seu lugar a justificativa moral da defesa do interesse próprio nessa esfera das relações humanas, com base na idéia de que da busca do interesse individual resultam benefícios sociais, noção já exposta de forma contundente por Mandeville em sua *Fábula das Abelhas*, publicada entre 1714 e 1729”.

> (...) individualiza uma zona do proceder humano na qual um comportamento correspondente corresponde ao objetivo egoísta justifica-se tomando por base o próprio princípio da utilidade: trata-se da esfera na qual ocorrem a formação e o desenvolvimento da riqueza, já que, quando um indivíduo se esforça por conseguir a maior vantagem pessoal na troca, vai mais além de sua própria vontade, de tal sorte que seja máxima a disponibilidade de bens para todos.

Deste modo, o egoísmo é o elemento que galvaniza a utilidade e impulsiona o salto mortal das mercadorias pelos mercados. Assim, atende aos interesses individuais dos agentes econômicos, como também encontra sua contraface em outras mercadorias. É esse lançar aos mercados para intercâmbio que faz as mercadorias trocarem de mãos, incrementando, por conseguinte, a riqueza *per capita* da nação, pois potencializavam ainda mais a divisão social do trabalho[7].

Apesar disso, esse saltitar entre mercados não pode ter interferências do Estado, entraves e condicionalidades institucionais ou barreiras econômicas que impeçam a fluidez desses saltos mortais das mercadorias pelos vários mercados que compõem o sistema econômico capitalista. Desse modo, o papel do Estado era garantir a propriedade privada, os contratos, as liberdades individuais e corrigir as falhas de mercado[8].

Sendo assim, Napoleoni (1978, p. 47) fez a seguinte observação

> (...) para que essa positividade do egoísmo resulte operante, é necessária, ao menos, uma condição; essa condição é a de que ninguém, na busca de seu próprio interesse, impeça aos demais a obtenção de seus interesses – ou seja, é necessário que não ocorram prevaricações, sejam elas devidas a posições naturais de força ou a privilégios institucionais.

Deste modo, o que compõe a riqueza das nações é o acréscimo das mercadorias *per capita* no sistema econômico, tendo a produtividade do trabalho como seu principal determinante, conforme estabelecido na abordagem de Adam Smith. Isso significa que a quantidade de produtos por trabalhador, em um dado recorte temporal, deve elevar-se por meio da divisão social do trabalho[9].

---

[7] Para Fritsch (1996, p. 15). **“**A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo”.

[8] Como destacou Fritsch (1996, p. 10). **“**Segundo ele, o crescimento econômico não somente dependeria de fatores institucionais que afetassem tanto a propensão a investir - como a existência de garantias à propriedade e os regimes legais ou consuetudinários de posse e uso da terra - quanto a extensão do mercado — como a existência de restrições ao comércio - mas, ainda que sob sistemas ideais de Governo, não deveria sustentar-se indefinidamente”.

[9] Para Smith (1996, p. 65) “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”.

Assim sendo, a divisão social do trabalho determina o aprimoramento da destreza do operário. Para Smith (1996, p. 68) isto se objetiva no aumento da "(...) quantidade de serviço que ele pode realizar; a divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário".

Desse modo, movidos pelos interesses individuais, há aumento no quantitativo de mercadorias no sistema econômico, o que complexifica as relações econômicas e impacta, por conseguinte, a própria sociedade. Isso a desloca de situação de homogeneidade instável para situação de complexidade estável, conforme destacado por Herbert Spencer. Assim, o leito natural da sociedade é sua evolução para sistemas econômicos mais heterogêneos, os quais edificam estruturas sociais complexas movimentadas pelo impulso da evolução social.

Em poucas palavras, é importante ressaltar que a ideia central abordada por Adam Smith é que os países conseguem ampliar seu estoque de riqueza ao incrementarem a produção *per capita*. Para isso, é necessário estruturar e expandir os mercados por meio da divisão social do trabalho. No entanto, esses mercados não devem ser condicionados pelo Estado, o qual deve se responsabilizar apenas pela garantia das liberdades individuais, da propriedade privada e da execução dos contratos.

Além dessas proposições de Adam Smith, Herbert Spencer também explorou a tese demográfica de Malthus para compreender o papel da concorrência no sistema econômico. Para Baiardi (2008, p. 45), "(...) a leitura do *Ensaio sobre o Princípio da População* (1798), de Thomas Robert Malthus (1766-1834), levou Spencer a dedicar grande atenção ao assunto. Malthus, neste texto, revela a discrepância entre o crescimento demográfico e a otimização da produção de alimentos". Para Young (1969, p. 110)[10] "(...) Malthus foi, sem dúvida, importante na história da teoria política, econômica e do bem-estar e foi ao mesmo tempo uma influência crucial e reconhecida no debate evolucionista".

A premissa que fundamenta o pensamento de Malthus (1996, p. 249) destaca que "(...) a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética". Isso significa que a população cresce em ritmo superior em relação à produção de alimentos, o que pode ocasionar, no futuro, uma

[10] Para Young (1969, p. 110) "For Malthus was undoubtedly important in the history of political, economic and welfare theory and was at the same time a crucial and acknowledged influence in the evolutionary debate."

crise de alimentos causando fome, especialmente para as classes sociais menos favorecidas.

Neste sentido, Malthus (1996, p. 252) faz a seguinte assertiva:

> Entretanto, em todas as sociedades, mesmo naquelas que são mais corruptas, a tendência a uma ligação virtuosa é tão forte que há um constante esforço para o crescimento da população. Este constante esforço tende a subjugar as classes mais baixas da sociedade à miséria e a impedir qualquer grande e permanente melhora de sua condição.

Nesse contexto de descompasso entre as forças que impulsionam o crescimento da população e as forças que estimulam o incremento dos alimentos, observa-se um hiato que impacta diretamente na dinâmica da sociedade. Com o aumento na demanda por alimentos e a restrição na oferta, os preços dos alimentos tendem a subir, resultando em carestia e fome na sociedade.

Com o poder de compra dos salários corroídos pela carestia, então as classes sociais que se encontram nos estratos inferiores são, aos poucos, deslocadas para a periferia da sociedade para viverem como lumpesinatos, na miséria ou na necrópole. Por outro lado, o efeito da carestia não é simétrico entre todas as classes sociais. As classes superiores conseguem, por algum mecanismo econômico, minimizar os impactos da carestia em suas rendas. Com isso, ficam protegidas em maior grau da crise de alimentos.

Esses fatos estavam se cristalizando no momento histórico que Malthus escreveu *Ensaio sobre o Princípio da População* (1798). Como destacou Galvêas (1996, p. 17) foi "(...) uma época em que a aflitiva situação social do povo comum despertava as consciências de pensadores, desejosos de apontar as causas dos males sociais e apontar soluções - nem sempre factíveis".

Nessa circunstância de tensão entre as classes sociais, Malthus compreendeu o papel que a concorrência desempenha como força econômica, impulsionando ainda mais a sociedade em direção à heterogeneidade e complexidade ao separar os elementos comuns dos seus dessemelhantes na sociedade. Para reforçar a importância de Malthus para o evolucionismo, Young (1969, p. 112)[11] fez a seguinte observação,

---

[11] Para Young (1969, p. 112) "When one looks back at Malthus from a post-Darwinian vantage point, his principle of population - the Malthusian law that population, when unchecked, increases geometrically while at most the food supply can increase arithmetically can be seen as a natural law about man. It is an important step in the series of developments which overcame the belief that man and his environment were in harmony, and it resulted in man's being seen as an animal - a part of nature in mind and body. From this point of view then, Malthus was a biologist, a human ecologist. Indeed, it was Evolutionism which brought the distinction between mind and body into question: if man is considered a person for social purposes, he

> Quando olhamos para Malthus de um ponto de vista pós-darwinista, o seu princípio da população – a lei malthusiana de que a população, quando não controlada, aumenta geometricamente enquanto no máximo a oferta de alimentos pode aumentar aritmeticamente pode ser vista como uma lei natural sobre o homem. É um passo importante na série de desenvolvimentos que superaram a crença de que o homem e o seu ambiente estavam em harmonia, e resultou no facto de o homem ser visto como um animal - uma parte da natureza na mente e no corpo. Desse ponto de vista, Malthus era um biólogo, um ecologista humano. Na verdade, foi o evolucionismo que colocou em questão a distinção entre mente e corpo: se o homem é considerado uma pessoa para fins sociais, ele permanece um organismo do ponto de vista biológico. Olhando mais uma vez para trás, vemos Malthus como a fonte da visão da natureza que levou ao darwinismo social – a luta social pela existência, a sobrevivência do mais apto.

Por tudo isso, é importante destacar que a luta entre as classes sociais, visando a garantir a sobrevivência e a existência, conforme Malthus, decorre do descompasso entre o crescimento populacional e o aumento da produção de alimentos. Esse paradoxo pode conduzir a sociedade ao dilema do "Deus Janus", que olha tanto para o passado quanto para o futuro, assim como para a modernidade[12] e a barbárie. Nessa condição, a concorrência estabelece e demarca os limites entre aqueles elementos que avançam em direção à modernidade e aqueles que estão destinados à barbárie.

Deste modo, Secord (2021, p. 46)[13] argumenta que

> (...) a leitura de Malthus era constitutiva para a formulação da seleção natural de Darwin, a pedra angular da biologia moderna. Especialmente para os biólogos, fundamentar a descoberta de Darwin num trabalho controverso de economia política era um anátema. A lei malthusiana afirmou que o crescimento da população humana, sem controle, aumenta geometricamente, enquanto a oferta de alimentos pode, no máximo, aumentar aritmeticamente. O resultado é escassez, morte e uma luta por recursos escassos.

À vista disso, duas forças econômicas movimentavam a estrutura da sociedade para Herbert Spencer. A primeira delas era o princípio da troca, que, fomentada pelos interesses individuais, incrementava a riqueza das nações e desenvolvia os mercados autorregulados. A segunda força econômica era a concorrência, que se estabelecia entre as classes sociais mecanismos de sobrevivência em uma sociedade marcada pelo forte descompasso entre crescimento expressivo da população e o aumento da produção de

---

remains an organ- ism from a biological point of view. Looking back once again, one sees Malthus as the source of the view of nature which led to Social Darwinism - the social struggle for existence, the survival of the fittest".

[12] É importante destacar que o conceito de modernidade utilizado é o econômico, ou seja, a ciência e a inovação tecnológica como instrumentos para o processo de desenvolvimento do progresso técnico na sociedade.

[13] Para Secord (2021, p. 46) "(...) that reading Malthus was constitutive for Darwin's formulation of natural selection, the keystone of modern biology. Especially for biologists, grounding Darwin's discovery in a controversial work of political economy was anathema. The Malthusian law famously stated that human population growth, unchecked, increases geometrically, while the supply of food can at most increase arithmetically. The result is dearth, death and a struggle for scarce resources".

alimentos. Por outro lado, esse cenário não apresentava o método que seria adotado para separar as classes sociais mais aptas daquelas menos aptas na dinâmica social.

Esse método para Herbert Spencer decorria do princípio da evolução que estabelecia o caminho do progresso de um sistema orgânico homogêneo para heterogêneo. Ao seguir os passos de Isaac Newton[14], Herbert Spencer procurou encontrar os meios necessários para explicar os nexos de causalidade dos fenômenos naturais. Para tanto, encontrou nas observações e nos experimentos, a inspiração epistemológica para desenvolver suas ideias da evolução social.

Desse modo, Spencer encontrou em alguns pensadores do Século XVIII os expedientes basilares para a cristalização da ideia de que o mundo era racionalmente ordenado e explicado por leis naturais, não por pensamentos metafísicos. Assim sendo, o método alicerçado na evolução proporcionou um conjunto de instrumentos normativos e procedimentos metodológicos confiáveis que tiveram papel central para a previsão e para a construção de testes que desvelassem a regularidade e a uniformidade, refletida em padrões do comportamento dos fenômenos naturais, essencialmente os biológicos.

Como apontou Ferreira (2007, p. 19)

> Independentemente do conjunto de fenômenos a serem estudados, autores do período, como Rousseau, Hume, Adam Smith e Malthus, ofereciam a seus leitores um curso de eventos que se daria hipoteticamente na ausência de restrições, ou circunstâncias limitantes, e depois o comparavam com o curso efetivamente visto na atualidade histórica.

Sendo assim, Herbert Spencer acreditava que a ciência desempenhava papel fundamental ao revelar as forças acobertadas por trás dos fenômenos. Deste modo, a ciência iluminou o tecido social de forma clara e indubitável. Ela revelou como os fios do conhecimento se entrelaçaram para construir o pensamento científico que impulsionou o progresso da sociedade moderna. Deste modo, Spencer (2015, p. 95) afirma que

> O progresso resultou, pois, tanto na demonstração do desconhecido positivo quanto na do conhecido. À medida que a Ciência se eleva em seu apogeu, todos os fatos inexplicáveis, e aparentemente sobrenaturais tornam-se explicáveis e naturais. E ao mesmo tempo adquire-se a certeza de que todos os fatos explicáveis e naturais são na sua origem primeira, inexplicáveis e sobrenaturais.

[14] Para Guidice (2022, p. 441) "Newton está convencido de que, tanto na matemática quanto na filosofia natural, a melhor e mais adequada estratégia para analisar problemas é fazer o uso de **experimentos** e **demonstrações matemáticas**".

Para Spencer (2021, p. 2)[15] o progresso deve ser definido conceitualmente como expressão da transformação da matéria, o qual se objetiva mediante a evolução[16].

> Agora, propomos em primeiro lugar mostrar, que esta lei do progresso orgânico é a lei de todo progresso. Quer seja no desenvolvimento da Terra, no desenvolvimento da Vida na sua superfície, no desenvolvimento da Sociedade, do Governo, das Manufaturas, do Comércio, da Língua, da Literatura, da Ciência, da Arte, esta mesma evolução do simples em o complexo, através de diferenciações sucessivas, mantém-se por toda parte. Desde as primeiras mudanças cósmicas rastreáveis até os últimos resultados da civilização, descobriremos que a transformação do homogêneo em heterogêneo é aquilo em que consiste essencialmente o progresso.

Nesse sentido, a ciência avança como campo epistemológico, desvendando os mistérios encobertos pelos fios entrelaçados que ocultam e turvam os fenômenos naturais, especialmente os biológicos. Deste modo, esses fenômenos apresentam desafios epistemológicos à compreensão, de forma sistêmica, dos desdobramentos dos eventos empíricos. Assim, o método científico se estabelece como o meio para separar, organizar, analisar, entender e validar os elementos comuns, bem como para compreender os nexos causais existentes entre eles que explicavam as regularidades e as uniformidades desses fenômenos.

É nesse contexto, que as ideias iniciais sobre o método da evolução são apresentadas por Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, *Chevalier* de Lamarck (1744-1829), os quais foram expressos, no primeiro momento, em sua obra *Philosophie zoologique* (1809) [17].

---

[15] Para Spencer (2021, p. 2) "Now, we propose in the first place to show, that this law of organic progress is the law of all progress. Whether it be in the development of the Earth, in the development of Life upon its surface, in the development of Society, of Government, of Manufactures, of Commerce, of Language, Literature, Science, Art, this same evolution of the simple into the complex, through successive differentiations, holds throughout. From the earliest traceable cosmical changes down to the latest results of civilization, we shall find that the transformation of the homogeneous into the heterogeneous, is that in which progress essentially consists".

[16] Segundo Spencer (2021, p. 10) "Sendo aquilo que determina o progresso de todo tipo - astronômico, geológico, orgânico, etnológico, social, econômico, artístico, etc. - deve estar envolvido com algum traço fundamental apresentado em comum por estes; e deve ser exprimível em termos deste traço fundamental. O único aspecto óbvio em que todos os tipos de progresso são semelhantes é que são modos de mudança; e portanto, em algumas características das mudanças em geral, a solução desejada provavelmente será encontrada. Podemos suspeitar a priori que em alguma lei universal de mudança reside a explicação desta transformação universal do homogêneo em heterogêneo. *No original* "Being that which determines progress of every kind - astronomic, geologic, organic, ethnologic, social, economic, artistic, &c. - it must be involved with some fundamental trait displayed in common by these; and must be expressible in terms of this fundamental trait. The only obvious respect in which all kinds of progress are alike, is, that they are modes of change; and hence, in some characteristic of changes in general, the desired solution will probably be found. We may suspect a priori that in some universal law of change lies the explanation of this universal transformation of the homogeneous into the heterogeneous".

[17] Para Ferreira (2007, p. 2) "Tomando-se a proposição teórica deLamarck como a primeira elaboração sistemática e detalhada a descrever um processo de transformação das espécies biológicas no âmbito da comunidade científica profissional, o período entre essa proposição e o estabelecimento da teoria darwinista

No entanto, no debate sobre o evolucionismo biológico, há uma controvérsia quanto a Herbert Spencer ser lamarckiano ou darwinista. Várias teses foram apresentadas, algumas reforçando que suas teorias eram lamarckianas, enquanto outras discutiam que eram darwinistas. Para Crook (1996, p. 262)[18] "Uma abordagem ampla permite ao historiador rotular Herbert Spencer como um darwinista social, embora ele fosse um lamarckiano e muitas outras coisas além disso, e dificilmente um 'verdadeiro' darwinista".

Sendo assim, é necessário recuperar as linhas gerais deste debate para compreender melhor as origens teóricas do pensamento de Herbert Spencer no campo do conhecimento biológico[19]. Para tanto, destacam-se os aspectos gerais e metodológicos das teses desenvolvidas por Lamarck e Charles Darwin, a fim de compreender como foram edificadas as teorias de Herbert Spencer.

Nesse sentido, é importante destacar, em sua forma geral, quais foram as ideias forças defendidas pelo Lamarckismo e pelo Darwinismo no que se refere ao papel do ambiente no processo de evolução das espécies. Para Lamarck, o ambiente tem um papel central nas transformações das espécies, uma vez que a lei dos caracteres adquiridos e o uso e desuso apresentam um papel central nas modificações que ocorrem nos seres vivos para se adaptarem ao meio em que vivem.

Por outro lado, para Charles Darwin, o ambiente seleciona as transformações nos seres vivos. Isso significa que o ambiente determina quais seres vivos serão os sobreviventes ou extintos. Esse mecanismo de seleção natural se cristaliza pela competição, a qual estabelece a concorrência entre eles. Ou seja, os seres vivos mais aptos

---

apresentou-se como um intervalo altamente relevante para o estudo da história da biologia. A posição de Lamarck como primeiro elaborador de uma teoria transformista é, obviamente, disputável. Ainda na antiguidade é possível identificar defensores de alguma forma de transformação de espécies, e em muitos períodos subsequentes é possível discutir o conteúdo transformista das obras de vários estudiosos e escritores, como Robert Hooke (1635-1703), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Erasmus Darwin (1731-1802), para citar apenas três entre os temporalmente mais próximos do naturalista francês. O que justifica a escolha de Lamarck como delimitador inicial do período a examinar é a grande proporção desua obra que se devota à teoria transformista e, a despeito da pequena adesão granjeada entre seus contemporâneos, o crescente impacto que suas ideias tiveram até o início do século XX".

[18] Para Crook (1996, p. 262) "A broad approach allows the historian to label Herbert Spencer a Social Darwinist, even though he was a Lamarckian and many other things besides, and hardly at all a 'true' Darwinian."

[19] Como destacou Spencer (2015, p. 405) "Em todo lugar pequeno ou grande do Espaço, em que a matéria adquira individualidade, ou seja, características distintas de outra matéria, ali existe evolução; melhor dizendo, a aquisição dessa individualidade é o princípio da evolução, independente do volume considerado, de sua inclusão em outros maiores e das evoluções mais amplas em que está compreendida a massa em questão".

conseguem sobreviver e se reproduzir no contexto do ambiente que vivem, ao passo que os mais fracos são eliminados do sistema social.

Por outro lado, Martins; Martins (1996, p. 136) destacaram os aspectos centrais da metodologia de Lamarck eram os seguintes:

> A partir da análise da prática cientifica de Lamarck, principalmente sob a forma exibida em suas últimas obras, podemos dizer que seu método era o seguinte:
>
> 1. Por um lado, a ciência devia se basear em "fatos positivos", indubitáveis, tirados da experiência e de sua generalização.
> 2. Por outro lado, a ciência devia ser guiada por princípios gerais (no caso, um " credo " fisicalista) capazes de delimitar o tipo de causas que podem ser buscadas para a explicação dos fenômenos naturais.
> 3. A partir desses princípios gerais, devem ser procuradas explicações admissíveis dos fatos conhecidos, formando uma teoria sistemática. Essas explicações e essa teoria não serão necessariamente verdadeiras, mas constituirão uma etapa útil do progresso científico.

Essas primeiras ideias desenvolvidas por Lamarck estabeleciam as bases que alicerçavam as teses lamarckianas, ou seja, que o conhecimento tem raízes empíricas e não ontológicas. Além disso, existem leis na natureza que devem ser decifradas para se compreender os nexos causais existentes que desvelam os mistérios dos fenômenos naturais. Por fim, a partir da observação e do experimento, constroem-se hipóteses que serão testadas empiricamente para verificar se explicam o comportamento dos fenômenos naturais.

Por outro ângulo, é importante destacar que as ideias de Lamarck, no campo da história da teoria da evolução, são vistas de forma variada ao longo do tempo. Principalmente, discute-se se ele foi ou não predecessor dos conceitos de evolução desenvolvidos por Charles Darwin. Para Ferreira (2007, p. 33) "(...) o papel de precursor de Lamarck ficaria ainda mais enfraquecido, se observarmos as poucas menções diretas que Darwin faz da obra de Lamarck em suas publicações mais importantes. De forma explícita, a avaliação geral da obra de Lamarck por Darwin não é positiva (...)".

Estabelecidos esses limites, as forças que movimentam a ideia de mudanças biológicas de Lamarck estão enraizadas em duas leis. A primeira delas relacionada à lei do uso e desuso e a segunda à lei de transmissão dos caracteres adquiridos. Para Durant (2000, p. 181)

> Spencer confessa candidamente que suas ideias de evolução foram baseadas na teoria de Lamarck da transmissibilidade de caracteres adquiridos e não eram, na verdade, uma antecipação de Darwin, cuja ideia essencial era a teoria da seleção natural. Ele é mais o filósofo do lamarckianismo, então, do que do darwinismo.

Por outro lado, Bowler (2015, p. 1)[20] faz a seguinte observação em relação a Spencer ser considerado um Lamarckiano.

> Embora Mark Francis (2011) tenha argumentado que Spencer não deveria ser associado a estes debates biológicos, ele estava de facto profundamente envolvido e foi considerado um dos principais defensores do Lamarckismo. Alguns comentadores modernos da filosofia social de Spencer reconhecem que este mecanismo evolutivo foi crucial para o seu pensamento (por exemplo Taylor 2007; Offer 2010; Gissis 2011). Outros, contudo, insistem que ele não deveria ser tratado como um Lamarckiano (por exemplo, Hawkins 1997: 86-8). Aos seus olhos, o "lamarckismo" refere-se a uma ideologia evolucionista que repudia a luta darwiniana pela existência e apresenta a evolução como um processo impulsionado por forças intencionais em direção a um objetivo pré-ordenado. Como Spencer aceitou um papel na luta e não via a evolução como teleológica, ele não pode ser um Lamarckiano (quer se prefira vê-lo como um Darwinista ou não).

O ponto de divergência entre as abordagens de Lamarck e Darwin reside na forma que se objetiva o processo evolutivo. Isso significa que o ambiente de concorrência entre as espécies estabelece uma luta entre elas, como destacou Darwin. Por outro lado, o processo pode acontecer de forma natural, de modo que as espécies mais adaptadas ao meio ambiente consigam sobreviver, transmitindo seus caracteres adquiridos para as espécies posteriores. Como destacou Bowler (2015, p. 3)[21]

[20] Para Bowler (2015, p. 1) "Although Mark Francis (2011) has argued that Spencer should not be associated with these biological debates, he was in fact deeply involved, and was regarded as a leading defender of Lamarckism. Some modern commentators on Spencer's social philosophy recognize that this evolutionary mechanism was crucial to his thinking (for instance Taylor 2007; Offer 2010; Gissis 2011). Others, however, insist that he should not be treated as a Lamarckian (e.g. Hawkins 1997: 86–8). In their eyes, "Lamarckism" refers to an evolutionary ideology that repudiates the Darwinian struggle for existence and presents evolution as a process driven by purposeful forces towards a preordained goal. Since Spencer did accept a role for struggle and did not see evolution as teleological, he cannot be a Lamarckian (whether or not one prefers to see him as a Darwinian)".

[21] Para Bowler (2015, p. 3) "Spencer, of course, accepted natural selection but retained his belief that the inheritance of acquired characters was more important. Thus the original version of what soon came to be known as "Darwinism" was a flexible position allowing room for both natural selection and alternatives such as use-inheritance."

> Spencer, é claro, aceitou a seleção natural, mas manteve a crença de que a herança dos caracteres adquiridos era mais importante. Assim, a versão original do que logo veio a ser conhecido como "Darwinismo" era uma posição flexível que permitia espaço tanto para a seleção natural como para alternativas como a herança de uso.

Dessa maneira, os argumentos de Bowler (2015) apontam para abordagem alternativa entre as teses que Herbert Spencer era um Lamarckiano ou, então um Darwinista. Para esse autor, a teoria de Herbert Spencer apresentava características da seleção natural de Charles Darwin, como também da herança dos caracteres adquiridos de Lamarck. Deste modo, as teses desenvolvidas tinham um ponto de convergência, qual seja estabeleciam que as forças da natureza eram responsáveis pelas transformações proporcionadas na matéria orgânica e social[22].

No entanto, é importante ressaltar que as teses de Herbert Spencer apresentavam forte ruptura com as interpretações desenvolvidas pelos criacionistas, os quais atribuíam à Causa Primeira os elementos que impulsionavam a diversidade das espécies. Quer dizer, forças divinas eram responsáveis pela ruptura com estruturas orgânicas e sociais homogêneas e simples, as quais sofreriam transformações para se tornarem, por meio do progresso, estruturas heterogêneas e complexas.

Para Lamarck, as forças externas que se objetivavam no meio ambiente apresentam papel central em sua tese, pois elas criam as condições objetivas para as transformações na matéria, ou seja, nos hábitos e características dos indivíduos. Para Herbert Spencer isso significa que a matéria recebe os primeiros impulsos para sair da condição de homogênea e simples para inovada situação de heterogênea e complexa.

Deste modo, Lamarck defende que esses caracteres adquiridos das forças externas pelo uso, como também pelo desuso podem ser transmitidos para as gerações seguintes com o objetivo de proporcionar às espécies ou aos indivíduos melhor adaptação às novas condições estabelecidas pelo ambiente que vivem.

---

[22] Para Bowler (2015, p. 7) "Spencer claramente não tinha simpatia por aqueles que negavam qualquer papel na luta pela natureza e era um oponente convicto de todos os esquemas de educação ou melhorias sociais patrocinadas pelo Estado. Ele ficou muito feliz em aceitar a seleção natural além da herança de uso e cunhou o famoso termo "sobrevivência do mais apto" para descrever sua ação (1864-67: vol. 1, 444) ". *No original*. Para Bowler (2015, p. 7) "Spencer clearly had no sympathy with those who denied any role for struggle in nature and was a confirmed opponent of all schemes for state-sponsored education or social improvements. He was quite happy to accept natural selection in addition to use-inheritance and famously coined the term "survival of the fittest" to describe its action (1864–67: vol. 1, 444)".

No entanto, para Lamarck, a natureza não demanda seleção natural para equilibrar a oferta e demanda por alimentos, haja visto que os próprios mecanismos existentes no meio ambiente proporcionam o equilíbrio do sistema orgânico, visto que a natureza não é determinada pelo princípio da escassez, mas sim pela abundância[23].

Para Lamarck (2020, p. 5 *et. seq*.)[24],

> Quanto aos animais maiores e mais fortes, tornar-se-iam dominantes e prejudicariam a conservação de muitas outras raças se pudessem multiplicar-se em proporções muito grandes. Mas as suas raças devoram-se umas às outras e multiplicam-se apenas lentamente e ao mesmo tempo em pequenos números, o que preserva neste aspecto o equilíbrio que deve existir. Em suma, só o homem, considerado separadamente de tudo o que lhe é particular, parece ser capaz de multiplicar-se indefinidamente, pois a sua inteligência e as suas possibilidades o protegem de ver a sua multiplicação interrompida pela voracidade de algum animal. Exerce tal supremacia sobre eles que, em vez de temer as raças animais mais fortes e maiores, é antes capaz de aniquilá-los, e o número de seus indivíduos diminui a cada dia. Mas a natureza deu-lhe inúmeras paixões que, infelizmente, quando desenvolvidas com a sua inteligência, constituem um grande obstáculo à multiplicação extrema dos indivíduos da sua espécie. Na verdade, parece que o homem se encarrega de reduzir incessantemente o número dos seus semelhantes, pois não hesito em dizer que a terra nunca será coberta pela população que poderia alimentar. Haverá sempre várias das suas partes habitáveis que serão mediocremente povoadas, embora o tempo, para a formação destas alternativas, seja para nós imensurável. Assim, com estas sábias precauções, tudo se conserva na ordem estabelecida; As mudanças e renovações perpétuas observadas nesta ordem permanecem dentro dos seus limites e não poderiam ultrapassá-los; Todas as raças de corpos vivos subsistem, apesar de suas variações; o progresso alcançado na melhoria da organização não está perdido; tudo o que parece desordem, anomalia retorna constantemente à ordem geral e até concorda com ela; e em todos os lugares e sempre a vontade do sublime Autor da natureza e de tudo o que existe é invariavelmente executada.

---

[23] Segundo Pimenta (2019, p. 32) “Para Lamarck, graças à autoridade despótica, quase tirânica, de nossa espécie, a natureza encontra um equilíbrio inviolável”.

[24] Para Lamarck (2020, p. 5-6) “En cuanto a los animales más grandes y más fuertes, se volverían dominantes y perjudicarían la conservación de muchas otras razas si pudieran multiplicarse en unas proporciones muy grandes. Pero sus razas se devoran entre sí y no se multiplican sino con lentitud y al mismo tiempo en pequeño número, lo cual conserva en este aspecto el equilibrio que debe existir. En fin, sólo el hombre, considerado separadamente de todo lo que le es particular, parece poder multiplicarse indefinidamente, pues su inteligencia y sus posibilidades le ponen al abrigo de ver cortada su multiplicación por la voracidad de algún animal. Ejerce sobre ellos una supremacía tal que, en lugar de temer a las razas de animales más fuertes y más grandes, es más bien capaz de aniquilarlas, y disminuye cada día el número de sus individuos. Pero la naturaleza le ha dado numerosas pasiones que, desgraciadamente, al desarrollarse con su inteligencia, ponen un gran obstáculo a la extrema multiplicación de los individuos de su especie. En efecto, parece que el hombre se encargue por sí mismo de reducir incesantemente el número de sus semejantes, pues no dudo en decir que la tierra no estará nunca cubierta por la población que podría alimentar. Siempre habrá varias de sus partes habitables que estarán pobladas mediocremente, aunque el tiempo, para la formación de estas alternativas, sea inconmensurable para nosotros. Así, con estas sabias precauciones, todo se conserva en el orden establecido; los cambios y las renovaciones perpetuas que se observan en este orden se mantienen en sus límites y no podrían traspasarlos; las razas de los cuerpos vivos subsisten todas, a pesar de sus variaciones; los progresos adquiridos en el perfeccionamiento de la organización no se pierden; todo lo que parece desorden, trastorno, anomalía, vuelve sin cesar al orden general e incluso concurre a él; y en todas partes y siempre se ejecuta invariablemente la voluntad del sublime Autor de la naturaleza y de todo lo que existe”.

Como destacou Pimenta (2019, p. 28) “No caso que nos interessa, deve-se à *Filosofia Zoológica*, de Lamarck (1809), a concepção da natureza como domínio de uma economia marcada por relações entre produção e consumo que ditam a sobrevivência ou o desaparecimento dos seres vivos. Com uma diferença curiosa, pois, para Lamarck, o *mundo natural é um mundo de abundância, de plenitude e não de falta*”. (Grifo nosso)

Esse ponto tem uma importância singular, visto que a abordagem de Lamarck trabalha com a hipótese de harmonia, consenso e cooperação entre os seres vivos na natureza. Deste modo, a competição entre os organismos vivos, o qual decorre pela existência de hiato entre a oferta e a demanda por produtos de consumo, torna-se menos acentuado, não estimulando, por conseguinte o desenvolvimento de disputas entre indivíduos e espécies pela existência em um ambiente de escassez de produtos para consumo. Para Jordanova (1984, p. 95)[25]

> Estas forças ativas faziam parte de um sistema; natureza operava de maneira consistente e era um ambiente harmonioso, totalidade equilibrada e estável. A harmonia da natureza está bem ilustrada pela ênfase de Lamarck na adaptação biológica, não em conflito e competição. A questão da harmonia assumiu importância adicional quando Lamarck aplicou suas ideias para a sociedade humana - um visivelmente desarmônico fenômeno. Ele procurou maneiras pelas quais a sociedade pudesse exibir a harmonia da natureza, vendo consenso e cooperação como os objetivos próprios da civilização. O equilíbrio de o mundo natural era visível na variedade de espécies que coexistiram pacificamente e no equilíbrio entre matéria inerte e formas orgânicas. Os organismos foram finamente sintonizados com as condições ambientais prevalecentes. Significativamente, o equilíbrio só foi perturbado, de acordo com Lamarck, por seres humanos, como quando conduziram uma espécie à extinção.

Desse modo, os princípios centrais da tese de Lamarck estavam cristalizados em uma interpretação da natureza, a qual pode ser sintetiza por Viana (2020, p. 57):

[25] Conforme Jordanova (1984, p. 95) “These active forces were part of a system; nature operated in consistent ways and was a harmonious, balanced and stable totality. Nature’s harmony is well illustrated by Lamarck’s emphasis on biological adaptation, not on conflict and competition. The question of harmony took on added importance when Lamarck applied his ideas to human society - a noticeably unharmonious phenomenon. He searched for ways in which society could display the harmony of nature, seeing consensus and cooperation as the proper goals of civilization. The balance of the natural <86> world was visible in the range of species which peacefully coexisted and in the equilibrium between inert matter and organic forms. Organisms were finely attuned to prevailing environmental conditions. Significantly, the balance was only disrupted, according to Lamarck, by human beings, as when they drove a species to extinction”.

> a) inexiste imutabilidade da natureza; b) existem mudanças orgânicas e estas se devem ao processo de relação entre organismo e ambiente, sendo que o primeiro, devido às suas necessidades em determinado contexto ambiental, tende a desenvolver o uso ou desuso de determinado órgão, provocando seu desenvolvimento ou atrofiando, e isso seria repassado para os seus descendentes pela herança dos caracteres adquiridos.

Por sua vez, a abordagem de Charles Darwin em sua obra: *A Origem das Espécies através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência* (1872) não trabalha com a hipótese da inexistência da imutabilidade da natureza, mas sim pela luta pela existência. Para Darwin (2009, p. 71 *et. seq.)*

> Todos estes factos, como explicaremos mais aprofundadamente no próximo capítulo, resultam da luta pela sobrevivência. Por causa desta luta, as variações, por mais subtis que sejam e seja qual for a sua causa, desde que sejam úteis para os indivíduos de uma espécie (nas suas relações infinitamente complexas com os outros seres vivos e com as condições físicas de vida), tendem a contribuir para a preservação desses indivíduos, e serão geralmente herdadas pelos seus descendentes. Estes terão, consequentemente, mais hipóteses de sobreviver, pois, dos muitos indivíduos de uma espécie que nascem periodicamente, apenas um pequeno número pode sobreviver.

Deste modo, a seleção natural torna-se a *ideia força* apresentada por Darwin (2009), visto que as transformações nas formas dos indivíduos de uma espécie podem favorecê-los na natureza, pois essa é marcada pela competição entre as espécies. Isso acontece porque há ambiente de escassez na estrutura dessa natureza que proporciona descompasso entre a oferta e a demanda por alimentos. Conforme destacou Pimenta (2018, p. 20)

> (...) a oposição não será mais entre o animado e o inanimado, mas entre as diferentes espécies de seres vivos, em luta incessante por recursos de sobrevivência escassos em relação a quantidade de indivíduos que se encontram em uma região qualquer em um momento qualquer.

Deste modo, a tese de Darwin (2009) está alicerçada no *Ensaio sobre o Princípio da População* (1798) de Malthus que coloca a competição como elemento central para o ajuste entre oferta e demanda por alimentos. Quer dizer, há ambiente marcado pelo descompasso entre o crescimento populacional e a oferta de alimentos, o qual, para atingir o equilíbrio, demanda competição entre os indivíduos pela sobrevivência e pela própria existência como espécie.

Por outro lado, Engels (2020, p. 16) faz a seguinte crítica à teoria darwiniana.

> Toda a teoria darwiniana da luta pela sobrevivência é simplesmente a transposição para a natureza animada da teoria hobbesiana do *bellum omnium contra omnes* [guerra de todos contra todos] e da teoria burguesa da concorrência econômica, bem como da teoria populacional de [Thomas] Malthus. Depois dessa façanha (cuja razão absoluta de ser, especialmente no que se refere à teoria de Malthus, ainda é muito questionável), fica muito fácil transpor essas teorias da história da natureza novamente para a história da sociedade, e constitui uma ingenuidade a toda prova afirmar que desse modo se comprovaram essas afirmações como leis naturais eternas da natureza.

Essas observações de Engels (2020) deixam claro que a raiz teórica que alimenta as evidências de Darwin (2009) é transposição de uma abordagem da economia política. Essa abordagem robustece a tese que a competição é o elemento de ajuste entre o descompasso do crescimento populacional e a oferta de alimentos.

Além disso, Engels (2020) reforça que o processo de seleção natural é uma transferência, sem as mediações necessárias, da teoria da sociedade para a teoria da natureza. Ou seja, o movimento de competição que se cristaliza na sociedade não pode ser simplesmente transposto para a dinâmica da natureza sem verificação cientifica dos nexos causais e empíricos revelados pelo fenômeno. Sendo assim, os fatos que acontecem na sociedade não necessariamente apresentam a mesma correspondência quando transferidos para a natureza.

Um exemplo disso está na abordagem da concorrência expressa na teoria de Malthus. Não há evidências empíricas que corroboram a tese de que a população cresce em progressão geométrica enquanto a oferta de alimentos aumenta em progressão aritmética. Para isso se objetivar, tem que se adotar a hipótese de que o progresso técnico é constante no tempo e não modifica a produtividade agrícola. Consequentemente, não interfere no incremento da produção agrícola. Portanto, afirmar que a concorrência é o meio natural para equilibrar o sistema econômico é algo controverso, visto que essa tese é questionável do ponto de vista econômico.

Por outro lado, a transposição desse argumento para a história da natureza, sem mediações e evidências empíricas, fragiliza ainda mais a ideia de que o processo de seleção natural é mecanismo de ajuste para a sobrevivências dos indivíduos mais aptos no ecossistema, os quais habitam na natureza.

Em contrapartida, há uma passagem em Spencer (2015, p. 188) que aponta para uma aceitação da tese de Darwin (2009).

> É de bom alvitre destacar, ainda que de passagem, o alcance do princípio em questão no desenvolvimento das espécies. Do ponto de vista dinâmico, a *seleção natural* implica em mudanças no sentido das linhas de menor resistência. A multiplicação de uma espécie de planta ou animal nas localidades que lhe são favoráveis é um crescimento em um ponto em que as forças antagônicas são menores que em outra parte. A conservação das variedades que prevalecem melhor que suas companheiras na luta com as condições ambientais é a continuação do movimento vital nas direções em que os obstáculos são mais facilmente evitáveis ou superáveis.

Desse modo, a ideia desenvolvida por Darwin, incorporada nas teses de Spencer[26], que a matéria está em contínua transformação impulsionada pelo princípio da evolução aponta para um impasse sobre o papel da concorrência como responsável pelo equilíbrio do sistema. Se o sistema econômico for gerido pelo princípio da escassez, como destacado por Darwin, então a luta entre as espécies tem papel central para o ajuste no hiato entre oferta e demanda por alimentos.

Por outro lado, se o sistema econômico é marcado pela harmonia, consenso e cooperação, como destacado por Lamarck, então o papel da concorrência não é aquele da luta entre as espécies. Ao contrário, a passagem de uma forma homogênea e simples para formas heterogêneas e complexas[27] se objetiva por intermédio da perpetuação daquelas espécies mais adaptadas ao ecossistema. Quanto mais adaptadas, melhores são as condições para a perpetuação da espécie.

Para Abrantes (2016, p. 246)

> Darwin estava articulando uma imagem de natureza muito diferente: agonística, de conflito entre indivíduos e as espécies. A evolução passa a dar-se por causas estritamente mecânicas, sem lugar para um propósito ou telos; o acaso e a contingência passam a desempenhar papéis centrais. A imagem de uma cadeia linear é substituída pela de uma árvore, e Darwin concebe a noção de ancestral comum.

Deste modo, a controvérsia apontada por Crook (1996) torna-se mais clara e demanda aprofundamento mais detalhado para compreender o papel da seleção natural

---

[26] Conforme destacado por Christino (2015, p. 17) “Desta forma a noção de evolução em Spencer se amplia e pretende conter a noção darwiniana de evolução. Esta seria apenas um caso especial da regra mais universal. É neste sentido que o projeto intelectual tanto dos *Primeiros Princípios* quanto da mais ambiciosa *Filosofia Sintética* aparece como uma tentativa filosófica de fundamentação”.

[27] Para Espina (2005, p. 177) "No entanto, a solução de Darwin para o enigma da mutação das espécies - que o criacionismo vinha representando como imutável - alcançou popularidade imediata e Spencer decidiu usá-la para fornecer uma "base científica" para sua teoria: de modo que substituiu a ideia de progresso – limitado à esfera especificamente humana – com o da evolução”. *No original.* “Sin embargo, la solución de Darwin al enigma de la mutación de las especies - a las que el creacionismo venía representando como inmutables - alcanzó una popularidad inmediata y Spencer decidió utilizarla para dotar de «fundamento científico» a su teoría: de modo que sustituyó la idea de progreso - limitada al ámbito específicamente humano - por la de evolución”.

no contexto da questão sociológica apresentada por Herbert Spencer. Além disso, é importante compreender quais são os condicionantes políticos estabelecidos na estrutura da sociedade que acomodam o funcionamento da lei evolução natural segundo a exegese de Herbert Spencer.

Isto acontece porque o Estado tem capacidade de interferir no sistema econômico para deixar de forma equânime as distorções existentes entre as classes sociais. Sendo assim, o questionamento que se estabelece é para compreender: qual o papel do Estado no sistema filosófico de Herbert Spencer? Por fim, a próxima seção tem por objetivo aprofundar-se nos desdobramentos sociais das teses de Herbert Spencer destacando o seu papel no processo de transformação da sociedade.

4. OS DESDOBRAMENTOS DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER NA QUESTÃO SOCIOLÓGICA.

Os desdobramentos da abordagem de Herbert Spencer sobre o comportamento dos indivíduos, os quais são condicionados pelo *princípio da evolução social,* criam as condições objetivas para a constituição de formas heterogêneas e complexas do organismo social.[28] Essas formas estão vinculadas às causas naturais e não mais, como no período da Patrística e Escolástica - entre a Antiguidade e a Idade Média, por um nexo causal que subordina as manifestações da natureza às vontades de Deus[29].

Para tanto, Herbert Spencer fundamenta sua argumentação sobre o processo de constituição da sociedade nas teses defendidas por Adam Smith (1723-1790) da divisão social do trabalho, a qual foi denominada por Spencer de "divisão fisiológica do trabalho"[30]. Além disso, nas interpretações Thomas Robert Malthus (1766-1834) sobre a concorrência entre os indivíduos para a superação do hiato existente entre oferta e demanda por alimentos e, por fim, sobre o princípio da evolução que é elemento central para a compreensão da expressão *sobrevivência dos mais aptos* adotada por Herbert Spencer.

---

[28] Para Spencer (2021, p. 4) "Na nossa concepção de organismo social, devemos incluir toda aquela existência orgânica inferior da qual depende a existência humana e, portanto, a existência social. E quando fazemos isto, vemos que os cidadãos que constituem uma comunidade podem ser considerados como unidades altamente vitalizadas rodeadas por substâncias de menor vitalidade, das quais retiram o seu alimento: tal como nos casos acima mencionados". *No original*. "In our conception of a social organism, we must include all that lower organic existence on which human existence, and therefore social existence, depend. And when we do this, we see that the citizens who make up a community may be considered as highly vitalized units surrounded by substances of lower vitality, from which they draw their nutriment: much as in the cases above instanced."

[29] Para Ronan (1991, p. 153) "o fim do século XVII e todo o século XVIII foram, portanto, tempos de mudanças filosóficas, alterações da visão do homem sobre si mesmo e um ataque àquelas que, por longo tempo, tinham sido as crenças mais caras ao cristianismo ocidental".

[30] Para Spencer (2021, p.7) "A doutrina da divisão progressiva do trabalho, à qual somos aqui apresentados, é familiar a todos os leitores. E, além disso, a analogia entre a divisão económica do trabalho e a "divisão fisiológica do trabalho" é tão impressionante que desde há muito atraiu a atenção dos naturalistas científicos: tão impressionante, de facto, que a expressão "divisão fisiológica do trabalho", foi sugerido por ele". *No original* "The doctrine of the progressive division of labour, to which we are here introduced, is familiar to all readers. And further, the analogy between the economical division of labour and the "physiological division of labour," is so striking as long since to have drawn the attention of scientific naturalists: so striking, indeed, that the expression "physiological division of labour," has been suggested by it."

Como destacou Espina (2005, p. 178)[31]

> Na verdade, foi Spencer quem inferiu da sua leitura de Malthus a ideia da sobrevivência do mais apto, o que fortaleceu enormemente o princípio da seleção natural. Assim, Darwin e Alfred Russel Wallace – codescobridor da seleção natural – adotaram-na imediatamente, admitindo que aqueles que sobrevivem são precisamente os mais adequados para cada tipo de habitat. Ora, embora a ideia de adaptação tenha inicialmente servido a Spencer para identificar a evolução com o progresso social, Darwin não pensava que a diversificação das formas e a maior complexidade derivada da evolução implicassem qualquer avanço. Para ele, a única coisa efetivamente observável era a adaptação às condições particulares do ambiente através da diferenciação estrutural, e não de um mecanismo geral.

Essa tese, que expressa a sobrevivência dos mais aptos, é derivada da interpretação de Herbert Spencer da obra *A Origem das Espécies através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência* (1872). Para Darwin (2009, p. 72)

> A este princípio, segundo o qual mesmo uma variação ligeira se conserva e se perpetua desde que seja útil ao indivíduo, dei o nome de seleção natural, de forma a demarcar a sua diferença em relação ao poder de seleção do homem. Herbert Spencer utiliza a expressão sobrevivência dos mais aptos, que é mais exata e por vezes mais conveniente.

Deste modo, Spencer (s.d., p. 37)[32] destacou que o processo de evolução, de geração após geração, determina uma divisão fisiológica do trabalho que vai incrementando o grau de heterogeneidade e diferenciação entre os povos.

---

[31] Para Espina (2005, p. 178) “En realidad, fue Spencer quien infirió de la lectura de Malthus la idea de la supervivencia del más apto, lo que fortalecía enormemente el principio de selección natural. De ahí que Darwin y Alfred Russel Wallace - codescubridor de la selección natural - la adoptasen inmediatamente, admitiendo que los que sobreviven son precisamente los más idóneos para cada tipo de habitat. Ahora bien, mientras la idea de la adaptación había servido inicialmente a Spencer para identificar evolución con progreso social, Darwin no pensaba que la diversificación de formas y la mayor complejidad derivada de la evolución implicasen avance alguno. Para él, lo único efectivamente observable era la adaptación a las condiciones particulares del medio a través de la diferenciación estructural, no un mecanismo general”.

[32] Para Spencer (s.d., p. 37) “Existe el hecho, tambien reconocido universalmente en sus mas extensas manifestaciones, de que las modificaciones de la Naturaleza, producidas de uno u otro modo, son hereditarias. Nadie niega que la constitucion de los seres se adapta a determinadas condiciones, mediante sucessivos cambios operados generacion tras generacion. Un clima que es fatal a unas razas en nada prejudica a la raza adaptada. Nadie niega que pueblos del mismo origen que se han desperdigado por regiones distintas y han vivido de un modo diferente, hayan adquirido en el transcurso del tiempo aptitudes y tendencias diferentes. Ni que bajo nuevas condiciones se han moldeado nuevos caracteres nacionales, como lo atestigua el ejemplo de los americanos. Y si nadie niega la existencia de este proceso de adaptacion constante y universal, se concluye evidentemente en que cada cambio en las condiciones sociales va acompanado de modificaciones en la adaptacion”.

> Há o fato, também universalmente reconhecido nas suas manifestações mais extensas, de que as modificações da Natureza, produzidas de uma forma ou de outra, são hereditárias. Ninguém nega que a constituição dos seres se adapta a determinadas condições, através de sucessivas mudanças realizadas geração após geração. Um clima fatal para algumas raças não prejudica em nada a raça adaptada. Ninguém nega que povos da mesma origem, que se espalharam por diferentes regiões e viveram de maneiras diferentes, adquiriram aptidões e tendências diferentes ao longo do tempo. Nem que sob novas condições tenham sido moldados novos caracteres nacionais, como atesta o exemplo dos americanos. E se ninguém nega a existência deste processo de adaptação constante e universal, conclui-se evidentemente que cada mudança nas condições sociais é acompanhada por modificações na adaptação.

Em outra passagem, Spencer (2021, p. 10)[33] faz a seguinte assertiva, destacando a importância que a competição tem para equilibrar o sistema social:

> E se no corpo político alguma parte foi estimulada a uma grande produtividade e não consegue depois ser paga por todos os seus produtos, alguns dos seus membros vão à falência e o seu tamanho diminui. Mais um paralelismo a ser observado aqui é que as diferentes partes de um organismo social, assim como as diferentes partes de um organismo individual, competem por nutrição; e obtêm solidariamente mais ou menos dele conforme cumprem mais ou menos o dever.

Dessa maneira, Spencer (2015, p. 284) destaca o seguinte ponto sobre a constituição do organismo social.

> Contudo, se as espécies ou gêneros são o resultado de uma *seleção natural*, faz-se necessário, como diz Darwin, que tenha existido uma tendência a separar-se, cada vez mais, cada grupo de seus grupos afins, o que deve ter-se realizado, principalmente, pelo desaparecimento de formas intermediárias, menos próprias para certas condições de existência que as formas extremas, a que essas formas intermediárias serviam como traço de união; assim passaram *variedades* vagamente distintas e pouco estáveis a *espécies* bem distintas e estáveis, dedução comprovada atualmente pelo que sabemos as raças humanas e animais domésticos.

Por outro lado, as raízes que edificam esse corpo social para Herbert Spencer estão cristalizadas em uma lógica de bem-estar, na qual existe uma "(...) razão eterna pela qual o bem-estar dos cidadãos não pode ser legitimamente sacrificado em benefício de algum

[33] Spencer (2021, p. 10)" And if in the body-politic, some part has been stimulated into great productivity, and cannot afterwards get paid for all its produce, certain of its members become bankrupt, and it decreases in size. One more parallelism to be here noted, is that the different parts of a social organism, like the different parts of an individual organism, compete for nutriment; and severally obtain more or less of it according as they are discharging more or less duty".

suposto benefício do Estado, e porque, por outro lado, o Estado deve ser mantido exclusivamente para o benefício dos cidadãos" (Spencer, 2021, p. 5)[34].

Essas ideias ficaram mais consolidadas em sua obra: *O indivíduo contra o Estado*, uma vez que defende o argumento, desenvolvido em Adam Smith, que não pode existir entraves políticos e institucionais que estabeleçam condicionalidades para a evolução da economia e da sociedade, uma vez que a sociedade é fomentada pelo princípio da liberdade individual e dos mercados autorregulados.

Para Spencer (s.d., p. 6)[35] "Esqueceram-se que, de uma forma ou de outra, diminuem o âmbito da autoridade governamental e aumentam a área dentro da qual cada cidadão pode agir livremente. Perderam de vista a verdade de que, no passado, o liberalismo representava a liberdade individual contra o Estado coercivo". Nesse sentido, a evolução, como objetivação do progresso da sociedade, constitui uma lei natural da sociedade e, por isso, não deve sofrer interferências do Estado que estabeleçam condicionantes para esse processo evolutivo.

Deste modo, em uma sociedade na qual o Estado está vinculado à garantia dos benefícios do cidadão e, por conseguinte, promove as liberdades individuais[36], o Leviatã de Hobbes acaba sendo encapsulado pelos mercados, que são os responsáveis pelos saltos mortais das mercadorias que transitam entre os agentes econômicos.

Nesse sentido, a liberdade do indivíduo se expressa na condição de ignorar o Estado. Como destacou Spencer (s.d., p. 239)[37]

---

[34] Para SPENCER (2021, p. 5) "This is an everlasting reason why the welfares of citizens cannot rightly be sacrificed to some supposed benefit of the State, and why, on the other hand, the State is to be maintained solely for the benefit of citizens."

[35] Para Spencer (s.d., p. 6) "Han olvidado que, de una forma u otra, disminuyen el alcance de la autoridade gubernamental y aumenta el área dentro de la que cada ciudadano puede actuar libremente. Han perdido de vista la verdad de que, en el pasado, el liberalismo representaba la libertad individual contra el Estado coercitivo".

[36] Para Spencer (s.d., p. 235) "Como corolário da proposição de que todas as instituições devem estar subordinadas à lei da igual liberdade, não podemos escolher senão admitir o direito do cidadão de adotar uma condição de ilegalidade voluntária. Se cada homem tiver liberdade para fazer tudo o que quiser, desde que não infrinja a igual liberdade de qualquer outro homem, então ele é livre para abandonar a ligação com o Estado, para renunciar à sua proteção e para recusar pagar para o seu sustento". *No original* "As a corollary to the proposition that all institutions must be subordinated to the law of equal freedom, we cannot choose but admit the right of the citizen to adopt a condition of voluntary outlawry. If every man has freedom to do all that he wills, provided he infringes not the equal freedom of any other man, then he is free to drop connection with the State, to relinquish its protection and to refuse paying towards its support."

[37] Para Spencer (s.d., p. 239) "The practicability of the principle here laid down varies directly as social morality. In a thoroughly vicious community its admission would be productive of anarchy. In a completely virtuous one its admission will be both innocuous and inevitable. Progress toward a condition of social health--a condition, that is, in which the remedial measures of legislation will no longer be needed is progress toward a condition in which those remedial measures will be cast aside, and the authority

> A praticabilidade do princípio aqui estabelecido varia diretamente com a moralidade social. Numa comunidade completamente viciosa, a sua admissão produziria anarquia. Numa pessoa completamente virtuosa, sua admissão será inócua e inevitável. O progresso rumo a uma condição de saúde social – isto é, uma condição em que as medidas corretivas da legislação não serão mais necessárias – é o progresso em direção a uma condição em que essas medidas corretivas serão postas de lado e a autoridade que as prescreve será desconsiderada. As duas mudanças são necessariamente coordenadas. Esse sentido moral cuja supremacia tornará a sociedade harmoniosa e o governo desnecessário é o mesmo sentido moral que fará então cada homem afirmar a sua liberdade até o ponto de ignorar o Estado - é o mesmo sentido moral que, ao dissuadir a maioria de coagir a minoria, acabará por tornar o governo impossível. E, como aquilo que são apenas diferentes manifestações do mesmo sentimento devem manter uma proporção constante entre si, a tendência para repudiar os governos aumentará apenas na mesma proporção em que os governos se tornam desnecessários.

Em uma sociedade em que a interferência do Estado seja mínima nas atividades que os indivíduos exercem, os frutos do progresso dos indivíduos, livres dos grilhões do Estado, podem ser aferidos em benefícios como méritos e recompensas. Quer dizer, o sucesso do indivíduo livre é fruto do seu esforço próprio, ou seja, pelos seus méritos. Como destacou Spencer (s.d., p. 39)[38].

> Durante o resto da vida, cada adulto recebe benefícios proporcionais ao seu mérito; recompensas proporcionais às suas qualidades. Qualidades e méritos significam a capacidade de satisfazer todas as necessidades da vida: conseguir comida, abrigo seguro e escapar dos inimigos. Em competição com os membros da sua própria espécie e em antagonismo com os dos outros, degenera e sucumbe, ou prospera e multiplica-se, dependendo se é dotado. Evidentemente, um regime contrário, se pudesse ser mantido, seria fatal para a espécie no decorrer do tempo. Se os benefícios recebidos por cada indivíduo fossem proporcionais à sua inferioridade; Se, como consequência, a multiplicação dos inferiores fosse favorecida e a dos superiores fosse dificultada, resultaria uma degeneração progressiva e essas espécies desapareceriam antes das mais fortes.

---

prescribing them disregarded. The two changes are of necessity co-ordinate. That moral sense whose supremacy will make society harmonious and government unnecessary is the same moral sense which will then make each man assert his freedom even to the extent of ignoring the State is the same moral sense which, by deterring the majority from coercing the minority, will eventually render government impossible. And, as what are merely different manifestations of the same sentiment must bear a constant ratio to each other, the tendency to repudiate governments will increase only at the same rate that governments become needless".

[38] Para Spencer (s.d., p. 39) "Durante el resto de su vida cada adulto consigue beneficios en proporción a su mérito; recompensas en proporción a sus cualidades. Por cualidades y méritos se entiende la habilidad para satisfacer todas las necesidades de la vida: conseguir alimento, asegurarse refugio y escapar de los enemigos. En competencia com los miembros de su propia especie y en antagonismo con los de otras, degenera y sucumbe, o prospera y se multiplica, según esté dotado. Evidentemente, un régimen contrario, si pudiera mantenerse, sería fatal a la especie en el curso del tiempo. Si los beneficios recibidos por cada individuo fueran proporcionales a su inferioridad; si, como consecuencia, se favoreciese la multiplicación de los inferiores y la de los superiores se entorpeciera, resultaría una progressiva degeneración y estas especies desaparecerían ante otras más flertes".

Deste modo, a evolução, enquanto objetivação da seleção natural, fica destacada na assertiva de Herbert Spencer, visto que, se deixada a sociedade livre de forças externas do Estado, os indivíduos que estiverem mais aptos às condições estabelecidas pela sociedade, particularmente as econômicas, conseguiriam sobreviver e perpetuar sua espécie nesse ambiente social. Ou seja haveria a sobrevivência dos mais aptos em relação aos menos aptos[39].

Essa assertiva da sobrevivência dos indivíduos mais aptos ficou claramente expressa na seguinte passagem de Spencer (s.d., p. 41)[40]

> O terço século desde que estas páginas foram publicadas não me deu motivos para retratar a posição que adotei. Pelo contrário, confirmou-os claramente. Os resultados favoráveis de sobrevivência do mais apto demonstraram ser muito maiores do que indiquei. O processo de seleção natural, como o chama o Sr. Darwin, cooperando com a tendência à variação e à herança das variações, tem se mostrado a causa principal (embora não acredite a única) daquela evolução pela qual todos os seres vivos, começando pelos mais baixos e desenvolvendo-se em diferentes direções à medida que evoluem, atingiram o estado atual de organização e adaptação às suas formas de vida. Esta verdade tornou-se tão familiar que parece supérfluo citá-la. E, no entanto, é estranho dizer que, agora que esta verdade é reconhecida pelas pessoas mais instruídas, agora que compreenderam definitivamente os resultados efetivos da sobrevivência do mais apto, mais do que se entendia em tempos passados, agora, muito mais do que nunca na história do mundo eles estão fazendo tudo o que podem para promover a sobrevivência dos menos aptos!

---

[39] Para Spencer (s.d., p. 40) “Entretanto, o bem-estar da humanidade actual e o seu progresso em direção à perfeição final são assegurados por esta mesma disciplina benéfica mas severa à qual toda a criação animada está sujeita; disciplina implacável na busca do bem; lei em busca da felicidade que em nenhum caso economiza sofrimentos temporários e parciais. A pobreza dos incapazes, a angústia que assedia os imprudentes, a miséria dos preguiçosos e a derrota dos fracos pelos fortes que deixa tantos na sombra e na miséria, são os decretos de uma benevolência imensa e clarividente” No original “Mientras tanto, el bienestar de la humanidade actual y su progreso hacia la perfección final están asegurados por esta misma disciplina, benéfica aunque severa, a la que está sujeta toda la creación animada; disciplina que es implacable cuando se trata de la consecución del bien; ley en busca de la felicidad que no economiza en ningún caso sufrimientos temporales y parciales. La pobreza del incapaz, las angustias que asedian al imprudente, la miseria del holgazán y la derrota del débil por el fuerte que deja a tantos en las sombras y en la miseria, son los decretos de una benevolencia inmensa y previsora”.

[40] Conforme Spencer (s.d., p. 41) “El tercio de siglo transcurrido desde que se publicaron estas páginas no ha dado motivo para que me retracte de la posición que adopté. Por el contrario, las ha confirmado de manera evidente. Los favorables resultados de la supervivencia de los más aptos se ha demostrado que son mucho mayores de lo que yo indicaba. El proceso de la selección natural, como lo llama Mr. Darwin, cooperando con la tendencia a la variación y a la herencia de las variaciones, ha mostrado ser la causa principal (aunque yo no creo que la única) de esa evolución por la que todos los seres vivientes, comenzando por los más bajos, y desarrollándose en direcciones distintas a medida que evolucionan, han alcanzado su actual estado de organización y de adaptación a sus formas de vida. Tan familiar ha llegado a ser esta verdad, que parece superfluo citarla. Y, sin embargo, es extraño decirlo, ahora que se reconoce esta verdad por las personas más cultas, ahora que definitivamente han comprendido los eficaces resultados de la supervivencia de los más aptos, más que se comprendía en tiempos pasados, ahora, mucho más que nunca en la historia del mundo, ¡están haciendo todo lo que pueden para favorecer la supervivencia de los menos aptos!”

Deste modo, a síntese entre a ideia da sobrevivência dos indivíduos mais aptos e a abordagem das liberdades individuais impulsionou o argumento de Herbert Spencer de que o Estado não deve restringir e muito menos estabelecer condicionalidades para as iniciativas individuais. Esse ponto é primordial para a compreensão do pensamento de Herbert Spencer, pois ele estabelece uma correlação entre as liberdades individuais e as relações de poder estabelecidas pelo Estado.

Sendo assim, as liberdades individuais fertilizam os mercados autorregulados, que se expandem por todos os poros da sociedade, levando, por conseguinte, à ideia do progresso procedente da modernidade como fonte de riqueza das nações. Sem os grilhões que prendem o indivíduo ao agente condicionador e limitador que é o Estado, o "espírito animal" é liberto, e a prosperidade torna-se o leito natural dessa sociedade.

Como destacou Hofstadter (1955, p. 40)[41]

> Embora tenha consentido com o padrão de valor final de Jeremy Bentham – a maior felicidade para o maior número - Spencer descartou outras fases da ética utilitarista, estabelecendo como padrão ético o direito de cada homem de fazer o que bem entender, sujeito apenas à condição de não infringir os direitos iguais dos outros. Nesse esquema, a única função do Estado é negativa – a de garantir que essa liberdade não seja restringida.

Deste modo, a ideia de progresso se objetiva na evolução e, por não ter um conteúdo histórico, a abordagem de Herbert Spencer acaba endogenizando um determinismo na evolução da sociedade. Isso ocorre porque a teleologia do sistema filosófico de Herbert Spencer é ditada pela busca constante do equilíbrio da sociedade em um ambiente heterogêneo, ou seja, de complexidade orgânica. Assim, as leis dos mercados autorregulados[42] não podem ser condicionadas pelo Estado, seja por meio de intervenções pontuais ou normativas que estabeleçam o fortalecimento daqueles indivíduos menos aptos[43].

---

[41] Segundo Hofstadter (1955, p. 40) "Spencer discarded other phases of utilitarian ethics. He called for a return to natural rights, setting up as an ethical standard the right of every man to do as he pleases, subject only to the condition that he does not infringe upon the equal rights of others. In such a scheme, the sole function of the state is negative — to insure that such freedom is not curbed".

[42] É importante destacar que a ideia dos *mercados autorreguláveis* encontra sua raiz teórica na *Lei de Say* ou *Lei dos Mercados*. Para Say (1983, p. 139) "Nos lugares que produzem muito, cria-se a única substância com a qual se pode comprar: refiro-me *ao valor*. O dinheiro desempenha somente um ofício passageiro nessa troca dupla; e, terminadas as trocas, verifica-se sempre: produtos foram pagos com produtos" A ideia central da Lei de Say é que não há um desequilíbrio entre oferta e demanda, pois a oferta cria sua própria demanda.

43 Para os neoliberais, o pensamento econômico é alicerçado "(...) na Lei de Say do automatismo do mercado. *Eles simplesmente constatam que qualquer instabilidade observada no capitalismo é totalmente culpa do excesso de governo*" (Hunt, 1989, p. 488). (Grifo Nosso).

Como destacou Hofstadter (1955, p. 41)[44]

> Acusado de brutalidade na sua aplicação de conceitos biológicos a princípios sociais, Spencer foi obrigado a insistir repetidas vezes que não se opunha à caridade privada voluntária para com os inaptos, uma vez que tinha um efeito de elevação no carácter dos doadores e acelerava a o desenvolvimento do altruísmo; ele se opôs apenas a leis compulsórias para pobres e outras medidas estatais.

À vista disso, os princípios centrais da tese de Herbert Spencer, que são as liberdades individuais e os mercados autorregulados, estabelecem os parâmetros de seu sistema filosófico. Sem a intervenção e condicionalidades estabelecidas pelo Estado, os indivíduos na sociedade dependem somente de seus próprios méritos para acessar a felicidade e o Bem-Estar Social.

Em um cenário de concorrência entre indivíduos, aqueles que apresentarem características mais aderentes à dinâmica dos mercados autorregulados terão maiores e melhores condições de sobrevivência na sociedade. Essas características singulares que marcam os mais aptos, assim como desempenham papel fundamental na caracterização dos elementos comuns daqueles que são dessemelhantes.

Por fim, a próxima seção tem a finalidade de aprofundar o argumento das teses de Herbert Spencer, mas em um contexto do neoliberalismo, o qual se encontra em um momento histórico distinto daquele que Herbert Spencer semeou suas ideias sobre o Darwinismo Social na época do liberalismo clássico. O intento, portanto, é compreender como o pensamento de Herbert Spencer criou raízes e se propagou, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA), tornando os princípios do neoliberalismo hegemônicos a partir dos anos 1980 e seus impactos para a classe trabalhadora e para os sindicatos.

---

44 Para Hofstadter (1955, p. 41) “Accused of brutality in his application of biological concepts to social principles, Spencer was compelled to insist over and over again that he was not opposed to voluntary private charity to the unfit, since it had an elevating effect on the character of the donors and hastened the development of altruism; he opposed only compulsory poor laws and other state measures”.

5. A CRISTALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE HERBERT SPENCER NO ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DO NEOLIBERALISMO

As transformações econômicas e sociais que ocorreram na Inglaterra entre os anos de 1760 e 1840, culminando com a Revolução Industrial, desempenharam função importante no processo histórico de passagem da desintegração do Sistema Feudal europeu para o Sistema Mercantilista inglês. Nesse cenário, o processo de transformação econômica e social era comandado pelo capital que delineava os rumos e a forma de desenvolvimento dessas sociedades. Assim, as ideias do liberalismo avançaram na construção de modelos de sociedades em que os mercados autorregulados e as liberdades individuais permearam as economias dos países centrais e, posteriormente, de forma tardia, as economias periféricas.

No entanto, a Grande Depressão de 1929 impôs travas para a expansão das ideias e dos modelos de desenvolvimento alicerçados nos princípios liberais. Como resultado, inovada abordagem sobre o Estado do Bem-Estar Social foi adotada, especialmente impulsionada pelas ideias de John Maynard Keynes como princípios orientadores das intervenções do Estado na economia. Com a crise vivenciada pelo capitalismo nos anos de 1980, as ideias do Estado do Bem-Estar Social foram substituídas pelos princípios do neoliberalismo[45].

É nesse contexto que as ideias dos mercados autorregulados e as liberdades individuais retornaram ao palco mundial com o neoliberalismo [46], em especial impulsionadas pelo pensamento desenvolvido nas Escolas de Chicago e Austríaca[47]. No

[45] As ideias keynesianas foram substituídas devidas aos "(...) acontecimentos que vêm se manifestando no último quarto de século parecem indicar que a era keynesiana - os anos dourados do crescimento capitalista - foi sucedida, desde o começo dos 70, por turbulências e instabilidades que a história poderá revelar tão formidáveis quanto as que irromperam nas décadas de 20 e 30". (Belluzzo, 2016, p. 12).

[46] Para Mattei (2023, p. 401) "Thatcher inaugurou o retorno da austeridade na Grã-Bretanha, dessa vez sob o conselho de uma equipe de especialistas que incluía membros da famosa Mont Pelerin Society – comunidade intelectual considerada por muitos como inventora do neoliberalismo, organizada em torno do compromisso de defender os 'valores centrais da civilização'".

[47] Para Hunt (1989, p. 486) "Em certo sentido, este grupo representa duas escolas distintas, mas semelhantes – as escolas austríaca e de Chicago. A linhagem da escola austríaca remonta diretamente a Carl Menger. O extremado individualismo metodológico de Menger é a base da filosofia social da escola austríaca. Embora a primeira geração de discípulos de Menger incluísse tanto reformadores sociais quanto conservadores, a natureza ultraconservadora da escola austríaca é descrita mais adequadamente como o produto de dois pensadores da segunda geração de discípulos de Menger, Ludwig von Mises e Friederich A. Hayek. Tanto von Mises quanto Hayek lecionaram na Universidade de Chicago em vários períodos. Junto com Frank H. Knight, que também ensinou ali por vários anos, eles foram as influências mais significativas para a formação da Escola de Chicago. Para a geração passada, Milton Friedman foi o representante mais influente dessa escola. Em 1976, Friedman recebeu o prêmio Nobel de Economia".

entanto, o princípio norteador desta nova abordagem estava alicerçado no conceito de neoliberalismo. Para Harvey (2014, p. 75)

> o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado.

Por sua vez, é importante ressaltar que as raízes do neoliberalismo estão alicerçadas nas teses elaboradas pelos teóricos da economia política clássica. Para tanto, esse percurso histórico entre os séculos XVIII e os anos 80 do Século XX foram singulares para elaboração, amadurecimento, florescimento e aplicação das ideias desenvolvidas por Herbert Spencer[48]. Deste modo, objetiva-se reconstruir esse percurso, enquanto concreto pensado, para destacar como se objetivou e desdobrou as teses de Herbert Spencer no período posterior aos anos 1980.

Para tanto, o nexo condutor das ideias neoliberais encontra suas raízes nos mercados autorregulados e nos princípios das liberdades individuais desenvolvidas desde a época do liberalismo clássico. Sendo assim, a divisão social do trabalho, conforme definida por Adam Smith, desempenhou ação central para o incremento da produtividade do trabalho que favoreceu a riqueza das nações. Em outras palavras, quanto maior a produção de mercadorias *per capita*, maior era a riqueza gerada para os agentes econômicos.

Deste modo, as ideias que ganharam força no debate econômico estavam diretamente vinculadas às formas de desenvolvimento do capitalismo nessas economias, especialmente aquelas que impulsionavam as transformações produtivas, principalmente nos setores industriais. À vista disso, as ideias de Adam Smith ganham expressão no debate econômico, e a importância da "mão invisível" para impulsionar a produção de mercadorias tornou-se evidente no contexto dos interesses dos agentes econômicos.

Como destacou Smith (1996, p. 438)

[48] Como destacou Dardot; Laval (2016, p. 45) "O "spencerismo" introduziu alguns dos temas mais importantes do neoliberalismo, em particular a primazia da concorrência nas relações sociais".

> Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.

Sendo assim, o mercado torna-se o meio natural para se alocar os fatores de produção (capital, trabalho e terra) cujo objetivo era incrementar o resultado das diversas mercadorias que transitavam nos diversos mercados internos, como também nos mercados externos. No entanto, esse êxtase das mercadorias não poderia ser condicionado pelo governo, uma vez que travas poderiam ser estabelecidas impondo limites e condicionalidades para o desenvolvimento e a expansão das liberdades individuais e dos mercados autorregulados.

Para tanto, o regime econômico que promovia as transformações dos mercados, no sentido de impulsioná-los do homogêneo e simples para o heterogêneo e complexo, como destacado por Herbert Spencer, consistia em estabelecer uma institucionalidade demarcada pelo liberalismo econômico.

Segundo a interpretação de Polanyi (2021, p. 211)

> O liberalismo econômico foi o princípio organizador da sociedade empenhada em criar um sistema de mercado. Nascido como mero pendor para métodos não-burocráticos, evoluiu para uma verdadeira fé na salvação laica do homem através de um mercado autorregulado.

Em relação às condicionalidades estabelecidas para o governo, Dardot e Laval (2016, p. 33) fazem a seguinte assertiva.

> (...) pela elaboração da questão dos limites do governo. O governo liberal é enquadrado por ‘leis’, mais ou menos conjugadas: leis naturais que fazem o homem o que ele é ‘naturalmente’ e devem servir de marco para a ação pública; leis econômicas, igualmente ‘naturais’, que devem circunscrever e regular a decisão política. *Contudo, por mais finas e flexíveis que sejam as doutrinas do direito natural e da dogmática laissez-faire, as técnicas utilitaristas do governo liberal tentam orientar, estimular e combinar os interesses individuais para fazê-los servir ao bem geral*. (Grifo nosso).

Assim sendo, a lógica econômica estabelecida pelo liberalismo consistiu em condicionar as transformações nas estruturas econômicas e sociais, tendo como princípio organizador os mercados autorregulados e as liberdades individuais. Deste modo, o

mercado encapsula a natureza e a sociedade[49] e, com isso, capital, trabalho e terra tornam-se apêndice de mercados. Ou seja, os mercados são institucionalizados como expressões existenciais das utilidades dos indivíduos livres dos grilhões do Estado[50].

Como destacou Espina (2005, p. 179)[51]

> Em vez disso, a "lei" permitiu-lhe explicar que o grupo de indivíduos que compõem a sociedade civil não constituem um todo concreto - como acontece quando se identifica a sociedade com o Estado, ou quando se fala das diferentes formas de comunidade, reais ou imaginárias. Pelo contrário, ao contrário do que acontece com os organismos biológicos, para *Spencer os indivíduos são livres e cada um deles age de acordo com a sua consciência e interesse; isto é: os fins do todo social estão subordinados aos dos indivíduos*. (Grifo nosso).

Deste modo, as ideias desenvolvidas por Herbert Spencer destacaram que a natureza humana é profundamente marcada pelo egoísmo e por seus próprios interesses com o fito de maximizar suas satisfações e utilidades. Como apontou Calvo (2012, p. 12 *et. seq*.)[52]

> Segundo o modelo de natureza humana proposto pela escola económica neoclássica e que tem origem na obra de *H. Spencer, o egoísmo é o único comportamento racional*. Esta abordagem, primeiramente refinada por economistas e Filósofos da Escola de Viena e, mais tarde, da Escola de Chicago, molda o *homo oeconomicus*, o indivíduo que, absolvido por outras motivações, age guiado pela maximização dos benefícios. (*Grifo nosso*)

Essas ideias da liberdade dos indivíduos ficaram claramente evidenciadas em Friedman (2017, p. 11) quando destacou que "(...) a liberdade econômica, em si e por si, é parte extremamente importante da liberdade total". À vista disso, os mercados

---

[49] Para Polanyi (2021, p. 265) "O grande mercado unificado, por outro lado, é um arranjo da vida econômica que inclui mercados dos fatores de produção. Como esses fatores são indiscutíveis dos elementos que formam as instituições humanas – o homem e a natureza –, logo se vê que a economia de mercado pressupõe uma sociedade cujas instituições se subordinem aos mecanismos de mercado".

[50] Segundo Friedman (2017, p. 17) "O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja e a obtém; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se".

[51] Para Espina (2005, p. 179) "En cambio, la «ley» le permitió explicar que el conjunto de in-dividuos que conforman la sociedad civil no constituyen un todo concreto - como sucede al identificar sociedad con Estado, o al hablar de las diferentes formas de comunidad, real o imaginaria-. Por el contrario, por contraposición a lo que sucede con los organismos biológicos, para Spencer los individuos son libres y cada uno de ellos obra según su propia conciencia e interés; esto es: los fines del todo social se subordinan a los de los individuos."

[52] Para Calvo (2012, p. 12 *et. seq*.) "De acuerdo con el modelo de naturaleza humana propuesto por la escuela económica neoclásica y que encuentra su origen en la obra de H. Spencer, el egoísmo es la única conducta racional. Este enfoque, refinado primero por los economistas y filósofos de la Escuela de Viena y después por los de la Escuela de Chicago, va configurando el homo oeconomicus, el individuo que, absuelto por otras motivaciones, actúa guiado por la maximización de los beneficios".

autorregulados convertem-se na expressão de vida das sociedades, pois tudo se transforma em mercadorias.

Em contexto de captura da sociedade pela economia que os fatores de produção são transformados em mercadorias. Desse modo, há a objetivação da separação do "(...) trabalho das demais atividades da vida para submetê-lo às leis do mercado [isso] correspondeu a aniquilar todas as formas orgânicas de existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, atomista e individualista". (Polanyi, 2021, p. 247).

Nesse sentido, as relações entre os indivíduos livres e, em especial, entre os trabalhadores são estabelecidas por meio de *instrumentos contratuais*, os quais o governo deve exercer o seu poder de interpretar e vigiar as leis e normas, as quais são acordadas, em comum acordo e de forma simétrica, entre as partes constituídas na relação contratual. Para Friedman (2017, p. 17)

> A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das "regras do jogo" e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o *mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo*. (grifo nosso)

Dessa maneira, a força de trabalho ao se tornar mercadoria e ser regida por relações contratuais, submete-se às leis determinadas pelos mercados autorregulados, ou seja, a lei da oferta e demanda[53], a qual estabelece a taxa natural dos salários para a sobrevivência do trabalhador. Portanto, a taxa natural dos salários está condicionada pelas leis da escassez e pela concorrência existente entre os trabalhadores. Como destacou Polanyi (2021, p. 263) "Não cabe à mercadoria decidir onde deve ser posta à venda, para que deve ser usada, por qual preço deve poder trocar de mãos e de que maneira deve ser consumida ou destruída".

[53] Para Spencer (2015, p. 378) "As ações internas que constituem as funções sociais fornecem exemplos tão claros como citados do princípio geral. A oferta e a demanda tendem continuamente a se equilibrar em todas as transações industriais e comerciais, e esse equilíbrio pode ser interpretado do mesmo modo que os precedentes. [...] O preço desse produto é a medida de outro sistema de forças, de outras espécies e intensidades, desenvolvidas e gastas pelo trabalhador que o compra, em outras espécies e quantidades de movimento. As variações de preços representam um balanço rítmico dessas forças."

Portanto, o Darwinismo Social[54] "spenceriano" pode ser entendido como uma objetivação da abordagem associada à visão dos princípios liberais, das liberdades individuais e dos mercados autorregulados. Como destacou Crook (1996, p. 264)[55]

> Filosoficamente, Halliday vê este discurso como um utilitarismo biologicamente atualizado, associando o prazeroso ao que preserva a vida. As implicações da seleção natural parecem conduzir em duas direções diferentes: *(a) para um paradigma concorrencial, baseado na luta, anti-bem-estar, mercado livre, individualismo voluntarista – em suma, o habitual darwinismo social "spenceriano" dos livros escolares*; e (b) no sentido da melhoria diretiva das variantes individuais sobre as quais a seleção operou - em suma, no sentido da eugenia e do planeamento genético, isto é, no sentido de um polo oposto do sobrevivencialismo livre". (Grifo nosso)

Deste modo, a interpretação de Herbert Spencer sobre o processo social e econômico expressa uma visão que valoriza a ideia de que a relação entre os indivíduos livres é permeada por contratos. Esses contratos podem conduzir a sociedade por caminhos que levam a vários tipos de cooperações entre os indivíduos. Para Spencer (s.d., p. 305 *et.seq*.)[56]

---

[54] Para Crook (1996, p. 261) "O termo 'darwinismo social', ou seus equivalentes linguísticos, remonta pelo menos ao final da década de 1870 e início da década de 1880. Robert C. Bannister, que foi o grande pioneiro no campo do uso do darwinismo social, lista talvez a referência mais antiga conhecida de Oscar Schmidt em um artigo da American Popular Science de 1879. Logo foi seguido por uma série de contribuições europeias, indicando que o termo se tornou 'naturalizado', pelo menos no continente. Le Darwinisme social, de Émile Gautier, apareceu em Paris em 1880; Darwinismo naturale e Darwinismo sociale, de Vadal i-Papale, foi publicado em Turim em 1882; logo seguido por Emile Louis Victor de Laveleye e Herbert Spencer, L'Etat et rlndividu, ou Darwinisme social et christianisme (Florença, 1885). Nas décadas de 1890 e 1900, a expressão "darwinismo social" era usada livremente por pensadores que iam de Achille Loria e Jacques Novicow ao sociólogo americano Lester Ward. Paul Weindling observa que o primeiro uso do termo na Alemanha foi feito por Karl Steinmetz em 1901". *No original* "The term 'Social Darwinism', or its linguistic equivalents, can be traced back at least to the late 1870s and early 1880s. Robert C. Bannister, who has been the great pioneer in the field of Social Darwinist usage, lists perhaps the earliest known reference to be by Oscar Schmidt in an American Popular Science article of 1879. It was soon followed by a number of European contributions, indicating that the term had become 'naturalised', at least on the Continent. Emile Gautier's Le Darwinisme social appeared in Paris in 1880; Vadal~i-Papale's Darwinismo naturale e Darwinismo sociale was published in Torino in 1882; soon followed by Emile Louis Victor de Laveleye and Herbert Spencer, L'Etat et rlndividu, ou Darwinisme social et christianisme (Florence, 1885). By the 1890s and 1900s, the phrase 'Social Darwinism' was being freely used by thinkers ranging from Achille Loria and Jacques Novicow to the American sociologist Lester Ward.I Paul Weindling notes the earliest use of the term in Germany to be by Karl Steinmetz in 1901".

[55] Segundo Crook (1996, p. 264) "Philosophically, Halliday sees this discourse as biologically updated utilitarianism, associating the pleasurable with the life-preserving. The implications of natural selection would seem to lead in two different directions: (a) towards a competitionist, struggle-based paradigm, anti-welfare, free market, voluntarist individualism--in short the usual 'Spencerian' Social Darwinism of the textbooks; and (b) towards directive improvement of the individual variants upon which selection operated--in short towards eugenics and genetic planning, i.e., towards a polar opposite of free-scrambling survivalism."

[56] Para Spencer (s.d., p. 305 *et. seq*.) "The reply will be made clearer if we take the successive forms of co-operation in the order of ascending complexity. We may distinguish as homogeneous co-operation (1) that in which like efforts are joined for like ends that are simultaneously enjoyed. As co-operation that is not completely homogeneous we may distinguish (2) that in which like efforts are joined for like ends that are not simultaneously enjoyed. A co-operation of which the heterogeneity is more distinct is (3) that in which

> Podemos distinguir como cooperação homogénea (1) aquela em que esforços semelhantes são unidos para fins semelhantes que são simultaneamente desfrutados. Como cooperação que não é completamente homogénea podemos distinguir (2) aquela em que esforços semelhantes são unidos para fins semelhantes que não são desfrutados simultaneamente. Uma cooperação cuja heterogeneidade é mais distinta é (3) aquela em que esforços diferentes são unidos para fins semelhantes. E por último vem a cooperação decididamente heterogênea (4), aquela em que esforços diferentes são unidos para fins diferentes.

Para Herbert Spencer, esses contratos expressam o imperativo de que as decisões individuais estão acima das coletivas. Deste modo, Spencer (s.d., p. 306)[57] faz a seguinte observação: "(...) o cumprimento de contratos que estão implícitos, se não expressos, torna-se uma condição para a cooperação social e, portanto, para o desenvolvimento social."

À vista disso, a vida em sociedade para Herbert Spencer, se objetiva em um contexto em que as liberdades individuais não são condicionadas por nenhuma força externa, como, por exemplo, pelo Estado. O respeito aos contratos firmados entre as partes deve coroar as relações entre cada indivíduo que edifica uma sociedade. Em outras palavras, a sociedade é vista por Herbert Spencer como um somatório de indivíduos que estão maximizando suas utilidades e satisfações, construindo, por conseguinte, uma ética coroada pela maximização do bem-estar por meio da máxima felicidade.

Para Spencer (s.d., p. 308)[58]

---

unlike efforts are joined for like ends. And lastly comes the decidedly heterogeneous co-operation (4) that in which unlike efforts are joined for unlike ends".

[57] Para Spencer (s.d., p. 306) "(…) fulfillment of contracts that are implied if not expressed, becomes a condition to social co-operation, and therefore to social development."

[58] Segundo Spencer (s.d., p. 308) "It may be shown that the form of nature which thus to justice adds beneficence, is one which adaption to the social state produces. The social man has not reached that harmonization of constitution with conditions forming the limit of evolution, so long as there remains space for the growth of faculties which, by their exercise, bring positive benefit to others and satisfaction to self. If the presence of fellow-men, while putting certain limits to each man's sphere of activity, opens certain other spheres of activity in which feelings, while achieving their gratifications, do not diminish, but add to the gratifications of others, then such spheres will inevitably be occupied. Recognition of this truth does not, however, call on us to qualify greatly that conception of the industrial state above set forth, since sympathy is the root of both justice and beneficence".

> As principais características de um código, sob o qual é garantida a vida plena através da cooperação voluntária, podem ser simplesmente declaradas. O requisito fundamental é que as ações de manutenção da vida de cada um lhe tragam separadamente as quantidades e tipos de vantagens naturalmente alcançadas por elas, e isso implica, em primeiro lugar, que ele não sofrerá agressões diretas à sua pessoa ou propriedade e, em segundo lugar, que ele não sofrerá agressões indiretas por quebra de contrato. Tendo a observância destas condições negativas à cooperação voluntária facilitado a vida em grande medida pela troca de serviços mediante acordo, a vida será ainda mais facilitada pela troca de serviços além do acordo: a vida mais elevada só será alcançada quando, além de ajudar a completar um a vida de outra pessoa por meio de reciprocidades específicas de ajuda, os homens, de outra forma, ajudam a completar a vida uns dos outros.

Por sua vez, essa visão romântica de Herbert Spencer sobre o comportamento dos indivíduos na sociedade, movidos pelo altruísmo utilitarista, canalizava as forças sociais em direção ao bem-estar social. Todos os indivíduos buscavam continuamente maximizar suas felicidades[59]. Se houvesse alguma patologia social, Herbert Spencer acreditava que o Estado não deveria intervir no funcionamento da sociedade e da economia, pois os mercados autorregulados e o impulso utilitarista do *individualismo voluntarista* teriam os meios para operar as correções e os ajustes na sociedade.

Para Turner *et. al.* (2002, p. 25)[60] "(...) a filosofia moral de Spencer o estigmatizou, especialmente a sua visão de que o governo não deveria intervir demasiado para ajudar os desafortunados. Tal visão contrariava a expansão do Estado de bem-estar social no século XX". Por sua vez, Dardot e Laval (2016, p.46) destacaram que as ideias desenvolvidas por Herbert Spencer são atravessadas pelo argumento que "(...) se ergue contra toda intervenção do Estado, mesmo quando feita por responsáveis do Estado que proclamam seu liberalismo. Ele vê as disposições legislativas e as instituições públicas que estendem as proteções da lei aos mais fracos apenas como "ingerências" e "restrições" que atravancam a vida dos cidadãos".

---

[59] Segundo Dardot e Laval (2016, p.46) "Para Émile Durkheim, Spencer, que foi seu grande adversário nos planos teórico e político, *é o protótipo do utilitarista*. Mas de qual utilitarismo se trata? Spencer reivindica um utilitarismo muito mais evolucionista e biológico do que jurídico e econômico. Suas consequências políticas são explícitas: trata-se de mudar as bases teóricas do utilitarismo para opor-se à tendência reformadora do benthamismo. Spencer procura, na verdade, baldar a "traição" dos reformadores que querem tomar medidas coercitivas cada vez mais numerosas apelando para o bem do povo. Esses falsos liberais apenas atravancam a marcha da história rumo a uma sociedade em que deveria prevalecer a cooperação voluntária de tipo contratualista, em detrimento das formas militares de coordenação". (Grifo nosso)

[60] Turner *et. al.* (2002, p. 25) "(...) that Spencer's moral philosophy stigmatized him, especially his view that government should not intervene too extensive to help the unfortunate. Such a view ran counter to the expansion of the welfare state in the twentieth century."

Na interpretação de Polanyi (2021, p. 116) “Em última instância, é por isso que o controle do sistema econômico pelo mercado é de enorme importância para toda a organização da sociedade: significa nada menos que transformar a sociedade em um anexo do mercado”. Quer dizer, as transformações que são efetuadas na sociedade decorrem de decisões realizadas por agentes econômicos que buscam maximizar o princípio do lucro e do rentismo. Ou seja, organizam a sociedade de forma que o lucro e o rentismo se torne o objetivo fim para todas as decisões individuais. A sociedade seria, então, estruturada e organizada com o objetivo de efetivar, cada vez mais, os ganhos produtivos e financeiros de uma camada específica da sociedade *vis-à-vis* ao seu conjunto social.

Historicamente, as ideias liberais perderam força nos anos de 1930 quando aconteceu forte crise do capitalismo mundial, a qual causou grande depressão em todas as economias mundiais, em especial na dos Estados Unidos da América (EUA). Dos anos de 1929 até 1980, houve a construção de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) tendo o Estado como um dos principais protagonistas desse processo de construção da rede de proteção econômica e social para aquelas parcelas da sociedade que se encontravam às margens da sociedade e da economia[61].

Por outro lado, os anos de 1980 foram marcados por fortes desequilíbrios macroeconômicos das economias mundiais, particularmente em decorrência do esboroamento do *Acordo de Bretton Woods,* o qual minou os acordos e os tratados criados após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) que tinham por objetivo construir uma Nova Ordem Mundial no Pós Guerra que fosse mais estável e com um ambiente mais propício ao desenvolvimento econômico dos países centrais e periféricos.

Como adverte Dardot e Laval (2016, p.207) existiram outros determinantes que explicaram o fracasso das políticas de Bem-Estar Social.

[61] Para maiores detalhes veja Harvey (2014); Dardot; Laval (2016) e Belluzzo (2016).

> Não podemos esquecer, todavia, que não foi apenas a força das ideias neoliberais que garantiu sua hegemonia. Elas se impuseram a partir do enfraquecimento das doutrinas de esquerda e do desabamento de qualquer alternativa ao capitalismo. Elas se afirmaram sobretudo num contexto de crise dos antigos modos de regulação da economia capitalista, no momento em que a economia mundial era afetada pelas crises do petróleo. Isso explica por que, diferentemente dos anos 1930, a crise do capitalismo fordista resultou numa saída favorável não a menos capitalismo, mas, sim, a mais capitalismo. O principal tema dessa guerra ideológica foi a crítica do Estado como fonte de todos os desperdícios e freio à prosperidade.

Deste modo, as ideias neoliberais desvelaram-se ao cenário mundial, em particular, nos EUA e na Inglaterra tendo como principal mensagem que os processos inflacionários vividos nas economias eram resultado da forte intervenção do Estado. Para Harvey (2014, p. 64) "O ponto comum mais aceitável desses argumentos era a alegação de que a intervenção do governo era antes o problema do que a solução, e que '"uma política monetária estável associada a radicais cortes de impostos nas faixas mais altas produziria uma economia mais saudável" ao manter os incentivos à atividade empreendedora corretamente alinhada".

Assim, as ideias dos mercados autorregulados[62] ganharam novamente expressão e tornaram-se fonte de inspiração nos ambientes acadêmicos, dos *policy maker,* na imprensa, nos partidos políticos etc.[63]. Essa nova abordagem renasceu nos ambientes universitários norte-americanos e ingleses, mas tendo como principais expoentes as Escolas de Chicago e Austríaca.

---

[62] Como destacou Friedman (2017, p. 16) "A despeito do papel importante das empresas e do dinheiro na nossa economia atual, e a despeito dos problemas numerosos e complexos que levantaram, a característica central da técnica de mercado para obter a cooperação está completamente representada na simples economia de troca, que não contém nem empresas nem dinheiro. Tanto no modelo simples, quanto na economia mais complexa com empresas e uso de dinheiro, a cooperação é estritamente individual e voluntária, desde que: a) as empresas sejam privadas, de modo que as partes contratantes sejam sempre, em última análise, indivíduos; b) os indivíduos sejam, efetivamente, livres para participar ou não de trocas específicas, de modo que todas as transações possam ser realmente voluntárias".

[63] No entanto, é importante ressaltar que as raízes do pensamento do neoliberal estavam ancoradas nas teses defendidas pelos teóricos liberais, especialmente nas ideias forças de liberdades individuais e mercados autorregulados.

Particularmente, Hofstadter (1955, p.31)[64] destacou que as ideias de Herbert Spencer ganharam força e expressão nos Estados Unidos em comparação com a Europa[65].

> A condição peculiar da sociedade americana" escreveu Henry Ward Beecher para Herbert Spencer em 1866, "fez seus escritos serem muito mais frutíferos e estimulantes aqui do que em Europa." Porque os americanos estavam dispostos a abrir suas mentes para Spencer, Beecher não disse; mas há muito o que fundamentar suas palavras. A filosofia de Spencer era admiravelmente adequada ao cenário americano. Foi científico em derivação e abrangente em escopo. Tinha uma teoria tranquilizadora de progresso baseado na biologia e na física. Era grande o suficiente ser tudo para todos os homens, amplo o suficiente para satisfazer os agnósticos como Robert Ingersoll e teístas como Fiske e Beecher. Isto ofereceu uma visão de mundo abrangente, unindo sob uma generalização tudo na natureza, desde protozoários até política.

Deste jeito, a ideia força do neoliberalismo, ao acentuar os princípios das liberdades individuais e dos mercados autorregulados, condiciona as decisões individuais ao princípio do egoísmo, que expressa uma racionalidade estruturada na visão da maximização das utilidades. Sendo assim, as decisões do indivíduo estão acima da vontade da sociedade e, por isso, torna-se contrária a compreensão que há uma forma de solidariedade entre as pessoas.

Adicionado a compreensão que as decisões individuais se sobrepõem as decisões da sociedade, os mercados autorregulados adicionam a ideia de que o Estado não pode condicionar a dinâmica dos mercados, em especial o mercado de trabalho com normais, regras, leis, decretos, convenções, incentivos que alterem o funcionamento natural dos mercados segundo os meios estabelecidos pela lei dos mercados.

Sendo assim, para impulsionar o mercado de trabalho deve-se flexibilizá-lo, como também inserir limites e condicionalidades para a atuação dos sindicatos. Deste modo, a

---

[64] Para Hofstadter (1955, p.31) ""The peculiar condition of American society" wrote Henry Ward Beecher to Herbert Spencer in 1866, " has made your writings far more fruitful and quickening here than in Europe." Why Americans were disposed to open their minds to Spencer, Beecher did not say; but there is much to substantiate his words. Spencer's philosophy was admirably suited to the American scene. It was scientific in derivation and comprehensive in scope. It had a reassuring theory of progress based upon biology and physics. It was large enough to be all things to all men, broad enough to satisfy agnostics like Robert Ingersoll and theists like Fiske and Beecher. It offered a comprehensive world-view, uniting under one generalization everything in nature from protozoa to politics".

[65] Como destacou Harvey (2014, p. 72 *et. seq*.) "E, uma vez que o neoliberalismo se tomou tão penetrantemente arraigado no mundo de fala inglesa." ficou difícil tirar dele a considerável relevância que adquiria no tocante à como o capitalismo em geral passou a funcionar internacionalmente. Isso não significa dizer; como veremos, que o neoliberalismo foi simplesmente imposto alhures pela influência e pelo poder anglo-americano. Por quê; como demonstram amplamente esses dois estudos de caso, as circunstâncias internas e a subsequente natureza da virada neoliberal foram bem distintas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, sendo de esperar, por extensão, que tanto força internas como influências e imposições externas tenham tido um papel distintivo em outras partes do mundo".

responsabilidade pelo desempenho do indivíduo não se expressa, enquanto um encargo da sociedade, mas sim como consequência de suas escolhas e responsabilidades individuais.

Segundo a interpretação de Spencer (s.d., p. 14)[66] sobre a responsabilidade individual

> Existe uma máxima sobre a qual o conhecimento popular e o científico estão de acordo, e que pode ser considerada a autoridade máxima. O mandamento: comerás o pão com o suor do teu rosto é simplesmente uma enunciação cristã de uma lei universal da Natureza, e à qual a vida deve o seu progresso. Por esta lei, uma criatura incapaz de autossuficiência deve perecer: a única diferença é que a lei que num caso é imposta artificialmente, no outro caso é uma necessidade natural.

Para Dardot e Laval (2016, p. 46)

> Spencer se ergue contra toda intervenção do Estado, mesmo quando feita por responsáveis do Estado que proclamam seu liberalismo. Ele vê as disposições legislativas e as instituições públicas que estendem as proteções da lei aos mais fracos apenas como "ingerências" e "restrições" que atravancam a vida dos cidadãos. As leis que limitam o trabalho de mulheres e crianças nas manufaturas de tingimento ou nas lavanderias, as que impõem a vacinação obrigatória, as que estabelecem corpos de inspetores e controles nas usinas de gás, as que sancionam proprietários de minas que empregam crianças com menos de doze anos, as que ajudam rendeiros irlandeses a comprar sementes, todas essas leis que ele considera exemplos do que não se deve fazer têm de ser revogadas, porque querem fazer o bem diretamente, organizando a cooperação de maneira coerciva. Seu caráter obrigatório é retrógrado e insuportável. A lista das "leis de coerção" denunciadas por ele é em si muito significativa, já que se refere aos domínios sociais, médicos e educacionais: trabalho, moradia, saúde, higiene, educação, pesquisa científica, museus, bibliotecas etc.

No caso específico dos trabalhadores, as políticas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, arrochos salariais, terceirizações e restrições aos direitos dos trabalhadores, como também da fragilização, flexibilização e desestruturação dos sindicatos tem por objetivo, segundo a interpretação de Harvey (2014, p. 86), criar um ambiente econômico para

> (...) baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir prontamente essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal.

[66] Para Spencer (s.d., p. 14) "Existe una máxima acerca de la que están acordes el saber popular y el científico, y que puede considerarse como la autoridad más elevada. El mandamiento: comerás el pan con el sudor de tu frente es sencillamente una nunciación Cristiana de una ley universal de la Naturaleza, y a la que debe la vida su progreso. Por esta ley, una criatura incapaz de bastarse a sí misma debe perecer: la única diferencia es que la ley que en un caso se impone artificialmente, en el otro caso es una necesidad natural".

É nesse contexto de reafirmação dos princípios das liberdades individuais e dos mercados autorregulados que o processo de desregulamentação e flexibilização dos mercados de trabalho e sindical vai criando raízes na sociedade. Isto acontece porque a lógica de atuação do neoliberalismo é encapsular a sociedade dentro da lógica de funcionamento e atuação dos mercados autorregulados. O Estado é substituído pelo mercado e o caminho natural do desenvolvimento econômico é condicionado pelos princípios da austeridade[67].

Sendo assim, a austeridade fiscal, monetária e industrial estabelece limites para a expansão das atividades do Estado na sociedade e, por conseguinte, na economia. Isso, no fim ao cabo reduz as funções e as participações do Estado na sociedade. Ou seja, acentuam a abordagem do Estado Mínimo, o qual deve interferir o mínimo possível nas relações estabelecidas pelos mercados autorregulados.

Desse modo, os mecanismos de proteção estatal e institucional ao trabalhador são flexibilizados. Em um ambiente de concorrência com informações assimétricas entre os agentes econômicos, verifica-se processo de seleção natural, no qual os mais fortes se credenciam junto ao capital e os mais fracos se unem na bandeira da classe trabalhadora.

Isto acontece porque as políticas econômicas estabelecidas pelos princípios da austeridade fiscal condicionam que não haja descompasso entre as receitas e despesas governamentais, sobretudo nas rubricas relativas às questões sociais, como por exemplo, na saúde, na educação, na segurança pública, na habitação, na previdência e assistência social e nas políticas de emprego e trabalho. Isso proporciona redução da interferência do Estado como agente indutor de atividades sociais. Assim, o objetivo da austeridade fiscal é estabelecer equilíbrio orçamentário que reduza a participação do Estado, ampliando, por conseguinte, a participação do capital privado nessas atividades.

No caso da austeridade monetária o objetivo é manter a taxa de juros real da economia em valores elevados, como também comprimir a oferta de crédito na economia para conter as decisões dos agentes econômicos no sentido de ampliarem os investimentos produtivos, como também se lançarem nos mercados com o fito de aquecerem o consumo interno. Sendo assim, o efeito da política monetária contracionista é induzir processo

[67] Para Mattei (2023, p. 21) "A austeridade, vista como um conjunto de barreiras de proteção fiscais, monetárias e industriais em uma economia, garante a sacralidade dessas relações sociais. As limitações estruturais que a austeridade impõe aos gastos e aos salários garantem que, para a grande maioria das pessoas que vivem em sociedade, 'trabalhar muito, economizar muito' seja apenas uma expressão de tenacidade; trata-se do único caminho para a sobrevivência".

recessivo na economia, controlando, por conseguinte, o emprego e a renda da classe trabalhadora.

Por fim, a austeridade industrial tem por propósito fazer transferência de ativos públicos, por intermédio da privatização, para a iniciativa privada. Com isso, se reduz as capacidades estatais na economia, fato esse que restringe a intervenção do Estado na economia e na sociedade. Como apontou Mattei (2023, p. 410) "A interconexão entre a austeridade fiscal e industrial (que os economistas chamam *de reformas do lado da oferta*, incluindo privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho) garante efeitos disciplinares máximos das forças do mercado".

Deste modo, as políticas de austeridade que são adotadas no contexto do neoliberalismo têm o propósito de incrementar ainda mais os princípios das liberdades individuais, assim como a força dos mercados autorregulares na economia. Para tanto, deve-se, cada vez mais, despolitizar a economia, deixando-a como esfera de governança da tecnocracia[68].

Por fim, a abordagem da austeridade reforça, no contexto do neoliberalismo, as ideias apresentadas por Harvey (2014) e Dardot e Laval (2016) de que os impactos dessas políticas econômicas no mercado de trabalho e na estrutura sindical são extremamente desfavoráveis à classe trabalhadora. Como destacou Mattei (2023, p. 413)

> (...) a liberdade econômica significa a operação de acumulação de capital, que exigia a coerção econômica inerente às relações assalariadas e, assim, a falta de liberdades das classes populares. O conceito de liberdade econômica dos tecnocratas era, de fato, incompatível com qualquer empoderamento da maioria.

Portanto, esse ambiente estabelecido pelo neoliberalismo que reforça as liberdades individuais e os mercados autorregulados aceleram o ambiente da concorrência entre os agentes econômicos que, em processo de seleção natural, acabam ressaltando os conflitos entre as classes sociais. Isto significa que essas políticas econômicas têm o objetivo de acelerar e de acentuar o processo de acumulação de capital, em especial ao criar ambiente favorável para a expansão das taxas de lucros e juros dos capitalistas em detrimento à redução das taxas de salários dos trabalhadores.

---

[68] Como apontou Mattei (2023, p. 411) "Hoje, as políticas de austeridade permanecem fundamentadas em um esforço de proteger a governança econômica da opinião pública – de evitar que a economia se torne política".

Isso se objetiva, porque, além de disciplinar os trabalhadores, essas políticas econômicas reforçam o processo de flexibilização das relações trabalhistas e sindicais, como também desajustam o mercado de trabalho, uma vez que as conjunturas recessivas ampliam o desemprego, reduzem os salários e os direitos trabalhistas, propiciando, portanto, o fortalecimento dos agentes econômicos do capital.

Assim sendo, as consequências dos princípios da austeridade para a classe trabalhadora são que, guiados pelas liberdades individuais e pelos mercados autorregulados, são lançados, pelo Darwinismo Social, na trama da Divina Comédia de Dante Alighieri. Desse modo, Virgílio conduz os trabalhadores pelos labirintos escuros do *Inferno*, ao passo que, guiados por Beatriz, os proprietários dos lucros e rentistas são lançados, cada vez mais, ao mundo das virtudes do *Paraíso*.

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

O debate sobre as implicações do pensamento de Herbert Spencer, sobre as questões relativas ao darwinismo social, tem conduzido as interpretações acerca do comportamento dos fenômenos econômicos por caminhos que conduzem ao amparo das abordagens, as quais reforçam as teses do individualismo e dos mercados autorregulados. Ou seja, o argumento tecido é que as liberdades individuais libertam os impulsos egoístas dos indivíduos, os quais em um ambiente de mercados sem amarras institucionais, normativas e interferências do Estado criam universo no qual a concorrência entre indivíduos e grupos sociais impulsionam processo de seleção natural, que impactam a própria formação de uma sociedade por meio do Darwinismo Social.

Nesse sentido, essa investigação propôs problematizar que implicações o Darwinismo Social, proposto por Herbert Spencer e os seus entrelaçamentos nas ideias institucionais dos mercados autorregulados e das liberdades individuais, tem condicionado o processo de constituição do mercado de trabalho. Para tanto, o primeiro passo na construção do argumento foi desvelar as raízes epistemológicas do pensamento de Herbert Spencer, visto que suas ideias foram estabelecidas em um momento específico do tempo e do espaço, o qual encontra-se condicionado por uma visão da ciência ser fonte importante do saber. Quer dizer, uma perspectiva de que o conhecimento é marcado pela racionalidade, na qual o método científico estabelece os parâmetros para a construção das verdades relativas científicas.

Isso significa que, para Herbert Spencer, o conhecimento não é derivado de abordagem estabelecedora de que os fenômenos naturais são determinados por leis metafisicas, as quais devem ser explicadas, como no período da Patrística e da Escolástica, por visão cosmológica Platônica-Ptolomaica. As verdades estabelecidas pelas escrituras sagradas não conseguem mais explicar as complexidades e as multideterminações dos fenômenos naturais. A ciência, portanto, torna-se o farol do conhecimento e não mais a *bíblia sagrada* como era no período medieval.

Sendo assim, o pensamento de Herbert Spencer está embebido de universo epistemológico marcado pela ciência que, guiada pelo método científico, estabeleceu os caminhos epistemológicos para se chegar às “verdades”. Deste modo, o conhecimento passa ter método, metodologia e validação por uma comunidade científica. Esse é o

universo epistemológico em que foram desenvolvidas as ideias de Herbert Spencer no Século XIX.

Desta maneira, as interpretações do comportamento dos fenômenos naturais encontraram nas leis naturais, estabelecidas por Issac Newton, os meios para a compreensão dos nexos casuais existentes entre os fatos, quer dizer, que explicam as causas dos efeitos sobre a matéria.

Assim sendo, Herbert Spencer compreende os fenômenos naturais como representação da realidade e não como ela em si mesma. É produto mediado pelo pensamento e, por isso mesmo, é fruto de uma interpretação, uma vez que não há uma relação direta entre o sujeito e o objeto, quer dizer, o objeto é compreendido pelo sujeito de forma indireta, visto que é mediada pela razão. Isto significa que o fenômeno natural para ser capturado em sua multideterminação deve ser decomposto em partes, as quais demandam a construção de conceitos que devem expressar suas determinações empíricas e não metafisicas.

Deste modo, as interpretações dos fenômenos naturais por Herbert Spencer se enraízam em evidências teóricas, as quais estão ancoradas em evidências empíricas. Essa visão epistemológica rompe com abordagens que caminham por concepções ontológicas, mas enraízam-se no princípio da evolução. Dessa maneira, o sistema de Herbert Spencer é derivado de uma hermenêutica realística, na qual o elemento responsável pela transformação dos subsídios que edificam a estrutura do corpo biológico e social é o princípio evolutivo.

Por sua vez, essa transformação é produto de leis biológicas, as quais estabelecem a evolução como meio da matéria se metamorfosear de uma estrutura simples homogênea em uma composição complexa e heterogênea. Isso significa que, independentemente da presença ou não de sujeito ou observadores, a matéria tem um caminho natural e universal, no qual o sistema entra em equilíbrio, desde que esteja em seu estágio de complexidade e heterogeneidade.

Portanto, a evolução do corpo biológico e social percorre um leito natural que determina o seu estágio evolutivo, quer dizer de heterogeneidade e complexidade. E é nesse ambiente, complexo e heterogêneo, que Herbert Spencer desenvolve o seu princípio da evolução social, o qual estabelece a tese de que os indivíduos semelhantes se agregam

em grupos específicos, ao passo que os díspares se aglutinam em outro grupo específico, formando, por conseguinte, grupos dissemelhantes e diferentes entre si.

Nesse contexto de heterogeneidade, as implicações sociais são determinadas por convergências e divergências de forças internas que são distribuídas de forma diferenciada entre aqueles grupos. Essas assimetrias de forças sociais adicionadas às forças externas ao sistema, delineado por Herbert Spencer, estabelecem e reforçam as segregações entre os diversos grupos da sociedade.

Por outro lado, os determinantes desse processo de convergência e divergência não estão estabelecidos de formato claro e objetivo no princípio da evolução social. O fato estabelecido é que o corpo biológico se encontra em movimento pelo processo evolucionário, e possui um determinismo que o conduzirá de sua forma simples e homogênea para a heterogênea e complexa.

Para avançar na compreensão de seu sistema filosófico, Herbert Spencer apropria-se dos argumentos elaborados pelos pensadores da economia política clássica. Entre eles, destaca-se Adam Smith com o princípio da divisão social do trabalho, o qual estabelece as bases para a especialização produtiva e do trabalho. Deste modo, cada elemento do corpo biológico ou social tem papel específico e determinado no processo de organização gregária. Isso significa que a divisão social do trabalho estabelece a ação de cada indivíduo dentro do funcionamento do sistema econômico. Cada indivíduo se especializa em uma parte específica da produção de tal forma que incremente o produto total *percapita*.

Dessa forma, o incremento do produto total *percapita*, ao ganhar potência, estimula, ainda mais, o processo de evolução do sistema econômico, uma vez que instiga e requinta as trocas mercantis. Ou seja, obriga que as forças internas potencializem as trocas mercantis, impulsionando, deste modo, a estrutura da economia para que esta se torne mais complexa e heterogênea. Melhor dizendo, as forças internas ao sistema filosófico de Herbert Spencer potencializam o princípio da evolução da matéria, isto é, a passagem do simples e homogêneo para o complexo e heterogêneo.

Com essa transformação da sociedade para um contexto de complexidade e heterogeneidade, Herbert Spencer encontra nas teorias de Malthus as evidências teóricas para justificar a segregação dos grupos sociais. Para Malthus, a luta pela sobrevivência estimula o espírito da concorrência entre os indivíduos, dado que o crescimento da

população e dos alimentos apresenta trajetória de crescimento muito individualizada entre si. Isto é, a população cresce em uma progressão geométrica ao passo que os alimentos crescem em uma progressão aritmética. Essa disparidade nas trajetórias de crescimento causam uma luta de sobrevivência entre os elementos que constituem o corpo biológico e social, de tal forma que a concorrência entre eles se torna um mecanismo para equilibrar o sistema econômico.

Sendo assim, o princípio da concorrência entre os corpos representa o meio necessário para justificar a formulação do processo da seleção natural, o qual ganhara expressão com a teoria de Charles Darwin. Desse modo, em um ambiente de escassez de alimentos, a forma para equilibrar o sistema econômico e social é por intermédio da sobrevivência do mais apto, ou seja, daqueles elementos ou grupos que conseguem acessar da melhor forma possível as fontes de alimentos. Isso significa que a luta pelo alimento é o meio para corrigir o hiato existente entre a oferta e a demanda por alimentos na sociedade.

Essa hipótese malthusiana é questionável, visto que Malthus não compreendeu o papel que o desenvolvimento tecnológico teve e tem no incremento da produção de alimentos e, com isso, na expansão do seu nível de produção. Esse ponto é de suma importância para o debate sobre o processo de seleção, uma vez que questiona o princípio da escassez de alimentos, o qual serviu como justificativa para a introdução da concorrência na abordagem do processo de seleção natural.

Esse ponto reflete no processo de evolução, o qual é controverso entre os intérpretes se Spencer seguiu as ideias de Lamarck ou, então de Charles Darwin. Para Durant (2000), Herbert Spencer alinhou-se mais com as ideias de Lamarck, ao passo que para Bowler (2015), Herbert Spencer não pode ser caracterizado como lamarckiano. Desta forma, os debates sobre as raízes epistemológicas de Herbert Spencer avançaram pelo campo da evolução biológica ora destacando as questões relacionadas com a seleção natural ora salientando os argumentos sobre a herança de uso.

Defende-se que, independentemente da questão biológica, que é central no debate sobre o processo evolutivo, outra questão que merece destaque é o princípio da escassez que introduz na teoria da evolução os elementos centrais da concorrência. Para Lamarck, o princípio da escassez não tem fundamentação para se sustentar empiricamente, uma vez que o mundo da natureza é marcado pela abundância, plenitude e não de falta como apontado por Pimenta (2019).

Além disso, Jordanova (1984) destaca que na visão do mundo lamarckiano a natureza operava em um ambiente de harmonia e equilíbrio estável, o qual não precisava da concorrência para introduzir a luta pela sobrevivência entre as espécies. O que se verificava na sociedade era harmonia, cooperação e consensos. Esse equilíbrio somente foi perturbado quando o homem conduziu uma espécie a extinção. Sendo assim, se o processo evolutivo se objetiva por meio da harmonia e equilíbrio entre as espécies de tal forma que não exista uma escassez de alimentos, então não há justificativa para se introduzir a concorrência como meio de seleção natural entre as espécies. O que se verifica no processo evolutivo é a adaptação daqueles organismos mais aptos ao ambiente que vivem.

Além disso, Engels (2020) destaca que a teoria da concorrência expressa por Malthus e adotada por Darwin (2009), em sua teoria da seleção natural, não pode ser transplantada da história da natureza, em especial da biologia, para a história da sociedade sem a compreensão e validação cientifica das mediações que afunilam para as especificidades de cada sociedade que são demarcadas em um recorte temporal e espacial. Sem as mediações e comprovações empíricas das hipóteses que estão implícitas nessas mediações o que se tem são somente hipóteses ontológicas que não passaram pelo crivo e validação do conhecimento científico e empírico.

Deste modo, a seleção natural, como expressão material do princípio da evolução, se fragiliza, enquanto meio para fundamentar uma abordagem que sustenta a hipótese do Darwinismo Social defendido por Herbert Spencer. Portanto, a visão política de Herbert Spencer defende a tese que o princípio das liberdades individuais e os mercados autorregulados são as forças que movimentam o processo de transformação econômico que conduz a sociedade para uma forma mais estável. Isso significa que o princípio da evolução carrega em si a ideia de que há um determinismo, no qual o simples e homogêneo deve-se metamorfosear no complexo e heterogêneo.

Sem a interferência das forças externas do Estado, a sociedade caminha naturalmente para uma situação de equilíbrio em que sua forma se objetiva em uma estrutura social marcada por uma complexidade e heterogeneidade de indivíduos que se movimentam segundo os seus princípios do egoísmo. A ideia é que há uma ética individualista que conduz cada indivíduo para a sua felicidade máxima de tal forma que o somatório de cada elemento estabeleça uma universalidade marcada pelo maior bem-estar social.

Desse modo, Herbert Spencer compreende o papel do Estado no sistema econômico como um limitador para a liberdades dos indivíduos, como também para os mercados autorregulados. Sem essas travas institucionais e estatais, os indivíduos dependem somente dos seus méritos para alcançar o maior bem-estar social. Deste modo, a sociedade ao se movimentar pelas forças internas das liberdades individuais e dos mercados autorregulados, porém sem a interferência de forças externas da intervenção do Estado. Esse contexto econômico estimula, cada vez mais, a concorrência entre os indivíduos e ou grupos sociais que impulsionam, ainda mais, o processo de seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos.

Desse modo, a teleologia implícita no sistema filosófico de Herbert Spencer estabelece um determinismo que, no processo evolutivo, se estabeleça uma desagregação daqueles elementos que apresentem características dessemelhantes vis-à-vis aqueles elementos que apresentam um padrão comum. Esse mecanismo de seleção natural se reproduz no interior do sistema social abordado por Herbert Spencer de forma que, cada vez mais, haja a sobrevivência daqueles mais aptos. Assim sendo, a lógica estabelecida pelo sistema filosófico de Herbert Spencer condiciona a evolução da sociedade aos interesses dos indivíduos livres que agem em conformidade com sua consciência e interesses como destacado por Espina (2005).

Para Polanyi (2021) a consequência dessa logica estabelecida pelas liberdades individuais e pelos mercados autorregulados é o encapsulamento da sociedade pela economia, quer dizer o princípio do lucro e do rentismo forma, organiza e condiciona o desenvolvimento da sociedade. Em um ambiente marcado pela sobrevivência do mais apto e sem a interferência das forças externas do Estado, o fato que se verifica é uma expansão, cada vez maior, daqueles indivíduos ou grupos que se correlacionam com o processo de reprodução ampliada do capital.

Por outro lado, com os mercados autorregulados e sem normas, regras, leis, decretos, convenções, incentivos de garantias e direitos para os grupos mais fracos, então o que se observa é a estruturação de uma sociedade que tem por objetivo proteger, resguardar e garantir a perpetuação da reprodução de um padrão social marcado por uma luta desigual e assimétrica entre indivíduos e grupos sociais, sobretudo entre capital e trabalho.

Esses fatos ganharam novos contornos com o advento do neoliberalismo, o qual introduziu as políticas de austeridade como meio para controlar e organizar a classe

trabalhadora. Para tanto, os primeiros instrumentos adotados foram a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e sindical. O resultado desse processo foi o incremento da participação na renda nacional daqueles indivíduos e grupos relacionados com o lucro e com o rentismo *vis-à-vis* aos baixos salários, crescente insegurança no emprego e a perda de benefícios, direitos, garantias e proteção social por parte da classe trabalhadora.

Sendo assim, para garantir a reprodução temporal e espacial do Darwinismo Social se fez necessário o aprofundamento da captura do Estado pelos elementos e grupos dos lucros e rentismo, sobretudo, garantindo seu espaço no orçamento público, bem como a despolitização do estado por meio de princípios tecnocráticos. Quer dizer, o funcionamento do Estado não pode sofrer interferência política, mas sim, deve ser guiado por ideais de mérito e tecnocráticos.

Por tudo isso, os trabalhadores são guiados por Virgílio para o Inferno e Purgatório, ao passo que Beatriz conduz os proprietários do lucro e rentistas para o Paraiso como destacado na Divina Comédia de Dante Alighieri. Deste modo, o pensamento de Herbert Spencer ao fortalecer os princípios do Darwinismo Social, em especial, em relação a classe trabalhadora potencializa ainda mais, em um ambiente marcado pelo neoliberalismo, a consolidação de uma sociedade que os valores de uma tecnocracia despolitizam o debate sobre o papel do Estado na sociedade.

É uma ruptura com a visão que a economia e a política estão interrelacionadas no processo de geração de riqueza e bem-estar social. Desconectada da política, a economia por si mesma se conduz pelos caminhos do encapsulamento da sociedade as leis dos mercados autorregulados e aos princípios das liberdades individuais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANTES, Paulo. Imagens na recepção da teoria de C. Darwin. Imagens de natureza, Imagens de Ciência. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2014. Capítulo 6.

BAIARDI, Daniel Cerqueira. Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer. 146f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205. Acesso em: 17 jun. 2024.

BOWLER, Peter J. Herbert Spencer and Lamarckism. In: FRANCIS, Mark; TAYLOR, Michael (Ed.). HERBERT SPENCER Legacies. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York, 2015.

CALVO, Borja Barragué. Liberalismo económico y darwinismo social. Sobre la figura de Herbert Spencer. In: Astrolabio. Revista internacional de filosofia. Nº 13. Facultad de Filosofía. Universitat de Barcelona. Barcelona – España, 2012.

CHRISTINO, Daniel. Introdução. In: SPENCER, Herbert. Primeiros Princípios. São Paulo: Ex Machina, 2015.

CROOK, Paul. Social Darwinism: The concept. History of European Ideas, v. 22, n. 4, p. 261-274, 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de Sítio).

DARWIN, Charles. A origem das espécies através da selecção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência. Leça da Palmeira, Portugal: PlanetaVivo, 2009.

DURANT, Will. A filosofia de Herbert Spencer. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 2000.

ENGELS, Friedrich. Dialética da Natureza. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. (Capítulo sobre a Biologia). Recurso digital formato epub.

ESPINA, Álvaro. Presentación: El Darwinismo Social: De Spencer a Bagehot. Reis, n. 110, p. 175–187, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.2307/40184688. Acesso em: 28 ago. 2024.

FERREIRA, Marcelo Alves. Transformismo e extinção: de Lamarck a Darwin. 145f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

FRITSCH, Winston. Apresentação. In: SMITH, Adam. A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1996.

FUKUYAMA, Francis. The end of history and the last man. [s.l.]: Free Press, 1992.

GALVÊAS, Ernane. Apresentação. In: MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

GIUDICE, Franco. Issac Newton. In: GIULIA, Belgioso (org.). História da filosofia moderna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOFTSTADTER, Richard. Social Darwinism in American Thought. Boston: Beacon Press, 1955.

HUNT, E.K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1989.

JORDANOVA, Ludmila Jane. Lamarck. Oxford: Oxford University Press (Past Masters), 1984. ISBN 0-19-287587-6.

LAMARCK, Jean Baptiste de Monet Caballero de. Filosofia Zoológica. Editor digital: Titivillus, 2020. E-book.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de Andrade. A metodologia de Lamarck. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 19, p. 115-140, 1996.

MATTEI, Clara. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

PIMENTA, Pedro Paulo. Darwin e a seleção natural. Uma história filosófica. São Paulo: Edições 70: Discurso Editorial, 2019.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RONAN, Colin A. História ilustrada da ciência da ciência da Universidade de Cambridge: a ciência nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Círculo do livro, 1991b. (volume IV)

RONAN, Colin A. História ilustrada da ciência da Universidade de Cambridge: Da Renascença à Revolução Científica. São Paulo: Editora Círculo do livro, 1991a. (volume III)

SAY, Jean-Baptiste. Tratado de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SECORD, J.A. Revolutions in the head: Darwin, Malthus and Robert M. Young. The British Journal for the History of Science, v. 54, n. 1, p. 41–59, 2021. doi:10.1017/S0007087420000631.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1996.

SPENCER, Herbert. A Theory of Population, deduced from the General Law of Animal Fertility. Disponível em: https://victorianweb.org/science/science_texts/spencer2.html. Acesso em: 11 jun. 2024.

SPENCER, Herbert. El individuo contra el Estado. Tradução de A. Gómez Pinilla. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra/el-individuo-contra-el-estado-1058553. Acesso em: jun. 2024.

SPENCER, Herbert. Illustrations of Universal Progress: A Series of Discussions. Good Press, 2021. EAN 4057664594013. E-book.

SPENCER, Herbert. Primeiros Princípios. São Paulo: Ex Machina, 2015.

SPENCER, Herbert. The Complete Essays by Herbert Spencer. MUSAICUM, 2021. EAN 4064066381769. E-book.

SPENCER, Herbert. The Social Organism. In: The Complete Essays by Herbert Spencer (Vol. 1-3). MUSAICUM Books. Advanced Digital Solutions & High-Quality eBook Formatting, 2021. EAN 4064066381769.

TURNER, Jonathan H.; BEEGHLEY, Leonard; POWERS, Charles H. The emergence of sociological theory. 5th ed. Belmont, CA: Wadsworth Thomson Learning, 2002. p. 54-89.

VAZ, H.C.L. Antropologia Filosófica. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VIANA, Nildo. A verdade sobre o Darwinismo. Ensaios críticos sobre Darwin e sua herança. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

YOUNG, Robert M. Malthus and the Evolutionists: The Common Context of Biological and Social Theory. Past & Present, n. 43, p. 109–145, 1969. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/650113. Acesso em: 28 ago. 2024.